

## **Ata número seis**

### **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE**

*Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e dois, pelas 10:00 horas na Sala da Assembleia, do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.*

*Aberta a sessão, sob a presidência do Excelentíssimo Presidente Amândio Manuel Ferreira Melo, comigo Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segundo secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:*

*Da lista do Partido Socialista - PS:*

*Luís António Pinto de Almeida, David Augusto Canelo, Patrícia Isabel Elvas Eusébio e João André Botão dos Santos.*

*Da lista do Partido Social Democrata - PPD/PSD:*

*António Manuel Cardoso Marques, Acácio Bernardo Nunes Dias, Telma Alexandra Nave Neves de Matos, Tiago André Alves dos Santos Duarte Gaspar, José Carlos Bonifácio Alves, Carlos Manuel Pinheiro Gomes em substituição de Margarida Saraiva Paiva e Humberto José Geraldês Barroso.*

*Da lista Coligação Democrática Unitária - PCP/PEV:*

*Rosa Maria Sequeira Silva Coutinho.*

*Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Hugo Adolfo dos Santos Taborda, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Gavinhos Quelhas, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Joaquim Luís Nunes Adolfo e o Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carlos Manuel Teixeira Amaro.*

*Tomada a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 19 presenças.*

*Deu por aberta a Sessão e passou a ler a Ordem de Trabalhos que vai ficar arquivada em pasta anexa e se transcreve:*

*1-Aprovação da ata da Sessão anterior;*

*2-1º Período de Intervenção dos Senhores Municípes*

*3-Período Antes da Ordem do Dia*

*4-Período da Ordem do Dia:*

*4.1- Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município*

*4.2- Pedido de Empréstimo – Linha BEI – Autarquias – AADEB Área de Acolhimento e Dinamização Empresarial de Belmonte*

*4.3- Designação da Sociedade de Revisor Oficial de Contas - Mandato em Curso*

*4.4- Apreciação e votação da Moção “O IC6 e IC7 - ligação a Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, Celorico da Beira, Covilhã (A23) - uma obra necessária para a ligação do Interior ao Litoral*

*5-2º Período de Intervenção dos Senhores Municípes*

### **1 - Aprovação da ata da Sessão anterior**

*O Senhor Presidente da Assembleia questionou se os membros da Assembleia Municipal propunham alguma alteração.*

*O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que no seu ponto de vista a ata ainda não estava em condições para ser apresentada para aprovação, porque a mesma nas votações/deliberações não continha a discriminação/explicação do sentido de voto de cada uma das bancadas. Sugerindo que seja feita essa retificação no sentido de se mencionar quem são as bancadas que votam a favor e contra.*

*O Senhor Presidente da Assembleia, informou que se iria proceder e essas mesmas alterações.*

*Após as alterações efetuadas, passou-se à votação.*

*Concluída a votação, a Assembleia Municipal deliberou com 18 votos a favor da Bancada do PS (10), da Bancada da PPD/PSD (7) e da Bancada da CDU (1) e 1 abstenção do Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias, (PPD/PSD), ficando assim aprovada aprovar por **maioria** dos presentes a ata de 30 de junho de 2022, com a inserção das alterações apresentadas.*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte.*

## **2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Múncipes**

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que iria passar ao Período de Intervenção dos Senhores Múncipes, e passou a palavra aos Múncipes interessados.*

*Existiu apenas uma inscrição.*

*O Múncipe Olivier Borrego Soares, residente em Malpique, saudou os presente e seguidamente solicitou informação relativamente a dois assuntos:*

*- Quando é que o Município de Belmonte pensava iniciar as obras de pavimentação das estradas de Malpique, nomeadamente as entradas Norte e Este, uma vez que existem sítios onde já não há alcatrão. Tendo sugerido que deveriam também arranjar as valetas, principalmente a da rua principal e da Rua José Luís Rebelo, uma vez que estas valetas já nem sequer existem, tal é a destruição por causada pelo rebentamento das canalizações. Dando nota que desde as últimas eleições que ocorreram em setembro de 2021, já se deslocaram ao local por sete vezes os serviços municipais, devido ao rebentamento das mesmas.*

*- No que se refere ao e-mail enviado para a Câmara relativamente à falta de sinalização, e indo o mesmo detalhado com as ruas, e com provas fotográficas da falta de sinalização, questionou para quando é que o Município pensava em resolver esta situação.*

*Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que aqui foram apresentadas pelo Múncipe Olivier Borrego Soares.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente respondeu às questões apresentadas pelo Múncipe Olivier Borrego Soares.*

*Relativamente ao e-mail enviado, deu conhecimento que tinha sido solicitado que se efectuasse um levantamento das necessidades, atendendo que se tem que levar essa situação dos sinais que não existem à Comissão de Trânsito, para que posteriormente fossem colocados.*

*No que diz respeito às obras de pavimentação, mencionou que as mesmas já deviam ter sido iniciadas, contudo esse atraso deve-se ao empreiteiro, uma vez que esta já está adjudicada à bastante tempo.*

*Quanto à questão das valetas, referiu que teve conhecimento que houve alguns rebentamentos tendo-se tentado substituir e tendo-se colocado mais tubo na entrada de Malpique, no sentido de ficar um troço maior, todavia, sempre que se substituía um bocado, ou se “remendava”, rebentava logo mais à frente. Estando agora de forma provisória.*

*Seguidamente, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que seja passada a palavra ao Senhor Engenheiro Carlos Simões (Chefe da DTMPOU), para efetuar um melhor esclarecimento sobre a situação da sinalização.*

*O Senhor Engenheiro Carlos Simões (Chefe da DTMPOU), tomou a palavra e informou que o e-mail enviado se encontrava em sua posse e que estava bastante detalhado. Pelo que de momento se encontravam a fazer a estocagem dos sinais e posteriormente a sua substituição, não sendo necessário ir à Comissão de Trânsito por se tratar de uma substituição.*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que tendo em conta que não houve mais pedidos de intervenção de Municípes se iria dar continuidade à Sessão da Assembleia Municipal.*

### **3 - Período Antes da Ordem do Dia**

*O Senhor Presidente da Assembleia questionou os respetivos membros sobre a apresentação de algum assunto.*

*Antes de passar a palavra aos Senhores Deputados nas suas intervenções, recomendou para que fossem breves, de forma a que a Sessão desta Assembleia Municipal, fosse construtiva e que se obtivessem resultados que importassem ao Município de Belmonte.*

*Seguidamente deu conhecimento que esteve em representação da Assembleia Municipal de Belmonte, nos dias comemorativos das seguintes freguesias:*

- *União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre;*
- *Freguesia da Capinha, onde se destacou o momento de homenagem ao Senhor Padre Gama, antigo professor do Extrenato Nossa Senhora da Esperança em Belmonte e Pároco na freguesia da Capinha;*
- *Freguesia de Maçainhas;*
- *Freguesia de Inguias*

*Felicitando todas as Juntas de Freguesia pela forma como organizaram os eventos.*

*Relativamente às Moções aprovadas na última Assembleia Municipal, deu nota que a Administração da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região do Fundão e Sabugal, tinha respondido ao ofício enviado, cujo a Moção era “Instar a Administração da Caixa de Crédito Agrícola para que o horário de Serviço da Agência de Caria seja das 08H30 às 15H30 ininterruptamente, e qual era intenção da Administração, relativamente ao futuro da Agência de Caria”.*

*No que diz respeito à Moção “Caria continua a não aceitar justificação para a*

*redução do horário do Posto da GNR de Caria”, informou que apenas se obteve resposta ao ofício enviado por parte do Senhor Presidente da República, do Senhor Presidente da Assembleia da República, do Grupo Parlamentar do PSD e do Grupo Parlamentar do PCP.*

*Por fim, e no que se refere à correspondência recebida referiu que a correspondência mais importante tinha sido remetida a todos os Membros da Assembleia Municipal.*

*O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou o seu Voto de Pesar e as suas felicitações aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Belmonte que se transcrevem integralmente.*

#### **“Voto de Pesar**

*A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Belmonte. apresenta um voto de Pesar pelo falecimento, no passado dia 23 de Setembro de 2022, aos 92 anos, do Dr. Manuel Marques Gonçalves, referindo que foi um homem de causas, defensor da liberdade e da solidariedade que merece o reconhecimento e a admiração de todos nós.*

*Destacamos a sua entrega à causa da dignidade como professor, pároco, escritor, poeta, autarca, empreendedor, homem da cultura e comunicação.*

*Foi pároco e professor em Belmonte (de 1954 a 1975).*

*Referir que, ao longo do seu percurso de vida, ressaltaram as suas qualidades humanas e pessoais que colocou ao serviço da sociedade em geral e determinante no progresso de Belmonte no séc. XX e sempre um pensador atento, com uma vasta obra social e um historiador pertinente e curioso.*

*Quem com ele teve oportunidade, de privar e de trabalhar destaca a sua vertente social e humanitária, que merece um profundo respeito e a admiração de todos, indo muito para além das funções institucionais.*

*É assim, reconhecido como um homem de causas, um homem de bem e um amigo do seu amigo.*

*Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:*

- Aprovar o presente “VOTO DE PESAR” pelo seu falecimento;*
- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências.*

*Belmonte 30 de Setembro de 2022*

*Luís António Almeida-Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Municipal de Belmonte”.*

#### **Comemorações do Dia das Freguesias**

*“Queria felicitar os Srs. Presidentes de Junta do Concelho de Belmonte, pela comemoração do Dia da Freguesia, referindo que esta é uma maneira de afirmar a importância das autarquias e das comunidades locais, pois estes dias possuem “um significado, uma cultura que lhes está naturalmente apensa.*

*Salientar também que o autarca de Freguesia, é aquele que está próximo da população, presta serviços de proximidade, é solicitado para exercer em qualquer hora e circunstância, é um elemento agregador e representativo das comunidades locais, com conhecimento e consciência do património e território que governa.*

*Os tempos atuais são exigentes para quem tem a nobre missão da governança local, esta conjuntura económica e demográfica obriga a que o autarca contemporâneo compreenda os agentes de mudança e prossiga os agentes geradores do bem-estar para a sua população, e como tal deve ser um ator social ativo no desenvolvimento económico, social e cultural do território.*

*Continuamos todos, em conjunto, a trabalhar para promover cada vez mais o desenvolvimento local que as nossas freguesias justamente reclamam, contribuindo para a melhoria das condições de vida e bem-estar das nossas gentes, da sua identidade e da sua cultura.*

*Certo deste empenho coletivo, reforço os meus votos de congratulação a todos os habitantes do Concelho de Belmonte e, às Juntas e às Assembleias de Freguesia, pela celebração desta efeméride, aproveitando para agradecer a todos aqueles que, de forma desinteressada, muito dão de si à causa pública; à memória coletiva da sua terra e à preservação das suas tradições e da cultura local.*

*Parabéns.*

*30 de Setembro de 2022*

*Luís António Almeida-Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Municipal de Belmonte”.*

*Por fim, fez um breve comentário sobre as Moções apresentadas na Assembleia Municipal do passado dia 30/06/2022. Aludiu que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, já tinha referenciado quais os grupos parlamentares que acusaram a receção da Moção “Caria continua a não aceitar justificação para a redução do horário do Posto da GNR de Caria”, pelo que no seu ponto de vista ainda existe muita “gente” por responder à Moção.*

*No que se refere à Moção “Instar a Administração da Caixa de Crédito Agrícola para que o horário de Serviço da Agência de Caria seja das 08H30 às 15H30 ininterruptamente, bem como qual é a intenção da Administração, relativamente ao futuro da Agência de Caria”, referiu que a resposta da Administração da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região do Fundão e Sabugal, “vale o que vale” uma vez, que não dá confiança nenhuma, inclusivamente quando dizem que não são uma entidade de prestação de serviço público. É evidente que ao ler-se o que é um Serviço Público e se comparar o serviço que é prestado pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo chega-se à conclusão que esta entidade presta um serviço público, assim como o que está na génese da sua criação. Conforme o Decreto-lei 182/87, de 21 de Abril, onde foi criado um Fundo sobre a super visão do Banco de Portugal (BP).*

*Perante tal resposta mencionou que estão um pouco apreensivos pelo futuro da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo que não dá garantias que a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Caria, assim como outras venham a funcionar. Pelo que se deve estar atento a toda esta situação.*

*Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Manuel Marques Gonçalves, através de braço no ar.*

*----- Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 votos a favor da Bancada do PS, da Bancada do PPD/PSD e da Bancada da CDU, pelo que o Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Manuel Marques Gonçalves foi aprovado por **unanimidade** dos presentes na votação. -----*

*O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Senhoras e senhores,*

*Senhor presidente da AM, bem sei que espera que recupere o tema do incumprimento do requerimento aprovado por unanimidade para transmissão online destas reuniões. Mas hoje vou poupá-lo pois alguém o recordará.*

*Este mandato tem um ano. Um ano de mandato! As perguntas óbvias são: o que foi feito? Que balanço? O que mudou? Na nossa apreciação nada ou muito pouco mas temos esperança que esta sessão seja esclarecedora.*

*Tem esta minha intervenção inicial três assuntos:*

*1. Depois de, em dezembro do ano passado, a bancada do PS ter aprovado um brutal aumento do IMI, com a promessa que iria ser transitório e que seria revertido no próximo ano (este de 2022), venho perguntar ao executivo e à bancada do PS quando será apresentada essa reversão a esta Assembleia? Como sabem, tem de ser até final do ano comunicado às Finanças. Mas tenho também de perguntar, e espero uma resposta clara e inequívoca por parte do executivo, mesmo sabendo que nenhum dos senhores é jurista. O IMI pode ou não baixar (i.e., regressar ao ponto inicial) sem violar a lei? Segundo a Lei de finanças locais – Lei 73/2013, de 3 de Setembro, em particular os artigos nº 56º a 64º que regulam o sistema de reequilíbrio financeiro, proíbem a descida, uma vez estabelecido o plano financeiro dado que implica reduzir a receita nele prevista. Está esta interpretação correta? Repito, pois, a pergunta, e quero que a resposta conste em ata: O IMI pode ou não baixar já com efeitos em 2023, sem violar a lei? Qualquer que seja a resposta, esta bancada gostaria de ouvir a pronúncia da bancada do PS sobre este assunto.*

*2. Segundo assunto.*

### ***Moção a favor da decisão de um aeroporto para um processo de desenvolvimento territorial mais harmonioso***

*A necessidade reconhecida como imperiosa, de construção de um novo aeroporto em Portugal, deve ser encarada como uma oportunidade de alavancar o desenvolvimento regional, no âmbito de uma verdadeira política de coesão. Nesse sentido, sendo as regiões periféricas, geograficamente mais afastadas da capital do país, penalizadas pela distância e pelos custos de mobilidade, vem esta Assembleia Municipal apelar aos decisores políticos para a importância de considerar as assimetrias regionais nesta decisão.*

*Os decisores políticos têm o dever de procurar esbater essas assimetrias, decidindo a localização do novo aeroporto em Santarém, sendo esta uma localização mais central e mais inclusiva de toda a região centro e, em particular do interior do país. O concelho de Belmonte e todos os concelhos do interior desejam e necessitam de melhores infraestruturas. Os seus habitantes merecem aceder, a menores custos a esta infraestrutura, e assim participar num desenvolvimento regional mais harmonioso.*

*Propõe-se o envio desta moção ao gabinete da Sr<sup>a</sup> Ministra da Coesão Territorial, do Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação e gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, bem como às Assembleias Municipais da CIMBSE para que se pronunciem.*

*3<sup>o</sup> assunto:*

*Firme desagradado perante o comunicado lido sobre o CAPC na última reunião do executivo da CMB e divulgado na Rádio Caria. Em primeiro lugar porque, havendo alguma dúvida, decidem trazer para uma reunião de Câmara um assunto que deveria ser sido tratado diretamente com a Direção, e não no espaço mediático e sem show-off. Bem sabemos como o PS é perito em show-off, mas fazê-lo com uma IPSS é ultrapassar linhas vermelhas. Em segundo lugar porque é falso que alguém da direção tenha dito que a atualização das mensalidades resulte de falta de apoio da Câmara.*

*O comunicado está cheio de inverdades e revela querer aproveitar-se do momento difícil de uma IPSS para fazer gincana política, que condeno veementemente. Não houve nenhuma preocupação de ouvir as pessoas, e em particular o presidente da Direção do CAP, que sou eu, e que tenho um nome, para o caso da Rádio Caria não saber. A notícia nesse órgão de comunicação refere, e bem, 'alegadamente', mas não houve iniciativa por parte dessa rádio de clarificar com o presidente do CAP. É certo que a Rádio Caria é privada, provavelmente não recebe dinheiros do município, e deve gozar de um direito sagrado de absoluta independência e total liberdade na sua ação, mas também é certo que, se tem dúvidas, esse ou qualquer outro órgão, deve dar oportunidade de contraditório à outra parte.*



*Foi lido nesse comunicado, escrito não sei por quem, que a câmara paga ao CAP 6600 euros anuais. Não é verdade. Se, quem escreveu, tivesse estado no encontro com os pais ouviria o que eu disse. A camara paga cerca de 350 euros/mês, a eletricidade da ERPI e a água. Foi rigorosamente o que disse. Tive inclusive o cuidado de não dizer que a câmara devia pagar o que foi aprovado em 2017, de 6000euros anuais, e que o Sr. Presidente diz agora serem 6600. Não sei se será um lapso, mas se não é tanto melhor. Aguardamos desde 2017 que seja pago o que está aprovado.*

*Esta Direção a que presido sempre atuou com lisura de comportamento, e continuará a fazê-lo, com respeito e cooperação institucional, tratando sempre nos canais próprios todos os assuntos da instituição, e divulgando apenas os factos. Apenas isso.*

*Mas vamos à eletricidade. Desde fevereiro que tentamos promover melhorias de requalificação energética dos dois edifícios propriedade da CMB. Sem qualquer sucesso. Nada foi feito e nada nos é comunicado. Ainda há 15 dias enviei novamente email ao Sr. Vice-Presidente, perguntando qual o ponto de situação sobre eventuais candidaturas para requalificação energética, sem resposta. Dissemos olhos nos olhos ao sr. presidente que queremos ser parceiros na missão social de ajudar as pessoas. Qual é a atitude da CMB? Julga, por terceiros, em praça pública, e coloca palavras na minha boca que não proferi. Este comunicado é um revés sério na relação institucional entre a CMB e o CAPC. Bem sei que há alguns que querem penalizar Caria pela coragem que Caria teve, e que agora um ano depois, fica bem evidente que Caria estava certa, mas a esses digo que não vão conseguir. Esses, no executivo ou de alguma forma com ele relacionados, tão preocupados com o que está a ser feito em Caria, deveriam estar envergonhados com o ponto a que chegaram as infraestruturas, como é o caso da ausência de iluminação eficaz na ponte de São Sebastião, relegando as pessoas a passar por um local sem qualquer separação física com o trânsito, num escuro como breu. Deveriam estar preocupados com o estado lastimável das estradas, que envergonha o concelho. Deveriam estar focados na construção de percursos cicláveis e vias pedonais, mas neste concelho os fundos comunitários vão para infraestruturas que não fazem falta.*

*Termino, apelando a que requeiem a intriga e os jogos palacianos. Foquem-se no que importa nestes próximos três anos que ainda têm de mandato.*

*Disse.”*

*Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “Moção a favor da decisão de um aeroporto para um processo de desenvolvimento territorial mais harmonioso” através de braço no ar.*

*----- Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 votos a favor da Bancada do PS (10), da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1),*

pelo que a “Moção a favor da decisão de um aeroporto para um processo de desenvolvimento territorial mais harmonioso” foi aprovada por **unanimidade** dos presentes na votação.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, tomou a palavra e informou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Pinto Dias Rocha, se encontrava em representação do Município nos Açores e por esse motivo não estar presente na Sessão da Assembleia Municipal

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e saudou os presentes. Prosseguiu apresentando a sua intervenção que se transcreve integralmente.

#### **“Declaração Política**

Ao longo dos últimos meses, assistimos ao agravamento das condições de vida da maioria da população, situação inseparável das consequências da guerra e respetivas sanções e do aproveitamento especulativo que delas fazem os grandes interesses económicos, agravada, pela ausência de respostas eficazes, do governo, aos problemas sentidos pelo povo.

As recentes medidas apresentadas pelo Governo, naquilo que o executivo nomeia de pacote “Famílias Primeiro” com medidas de combate à inflação, confirmam e prolongam o que tem sido uma contínua e acentuada perda do poder de compra por parte da generalidade da população.

Estas medidas, não dão uma resposta estrutural, face ao agravamento das condições de vida e às exigências que a atual situação comporta, revelando, mais uma vez, a falta de vontade política do Governo em enfrentar os interesses dos grandes grupos económicos.

Num momento em que as desigualdades, as injustiças e o empobrecimento dos trabalhadores e dos reformados se agudizam, os grandes grupos económicos, nomeadamente no negócio da energia e da distribuição de bens alimentares, acumulam lucros recorde, confirmando a enorme transferência de riqueza, daqueles que a produzem, os trabalhadores, para o capital que vive dela.

A situação, exige medidas de emergência, que enfrentem os problemas, e não medidas como as decididas pelo Governo do PS, que fogem ao essencial, e configuram um caminho de confirmação e prolongamento da perda de poder de compra, dos trabalhadores e do povo, e de acumulação de lucros, pelos grupos económicos.

O que se impõe, são medidas para combater o aumento do custo de vida e o agravamento das injustiças e desigualdades, bem como para travar a degradação da situação económica.

*Relativamente aos salários, o que o Governo anuncia é uma prestação que se esgota em Outubro e que não chega sequer a metade do valor da inflação já verificado.*

*Quanto às pensões, o Governo pretende antecipar uma parte dos aumentos que a lei impõe em 2023 mas, com prejuízo para os pensionistas, quanto ao aumento a concretizar em Janeiro.*

*O avanço da prestação, adiantada em Outubro, não pode prejudicar os pensionistas. Uma prestação, num único mês, não resolve o problema e isso não pode substituir os aumentos em Janeiro, nos termos que a lei impõe.*

*O que se impõe, em **primeiro lugar**, é valorizar o poder de compra dos trabalhadores e dos reformados: avançar com aumento intercalar do salário mínimo nacional para 800 euros, com vista ao seu aumento para 850 euros para Janeiro de 2023; o aumento geral dos salários e das pensões, num valor correspondente ao da taxa de inflação acumulada até Agosto, 6,9%; o reforço das prestações sociais, a alteração dos escalões de IRS e das tabelas de retenção na fonte, para impedir que o aumento dos salários, pensões e apoios sociais seja anulado, pelas regras de tributação de rendimentos.*

*Em **segundo lugar**, combater o aumento dos preços: através do tabelamento e fixação de preços máximos para os bens essenciais, designadamente, da fixação de preços máximos na eletricidade e no gás; a tomada de medidas para tornar definitivas as tarifas reguladas na eletricidade e criar condições idênticas para o gás; o estabelecimento e facilitação do acesso ao regime contratual da tarifa regulada; a eliminação de fatores de agravamento artificiais da tarifa regulada e a aplicação universal da taxa de 6% do IVA para a eletricidade e o gás.*

*No que diz respeito aos combustíveis: fixar os preços máximos nos combustíveis simples, gás natural e GPL, de botija e canalizado; criar um regime de apoio à aquisição de gasóleo colorido marcado e da gasolina utilizados na agricultura e na pesca; a eliminação da dupla tributação sobre os combustíveis.*

*Relativamente aos bens alimentares, reduzir os preços dos bens alimentares na grande distribuição, em particular, aqueles que são abrangidos pela taxa reduzida do IVA, e garantir o pagamento de preços justos aos produtores, assegurando, a articulação destas medidas, com a redução dos preços e os necessários apoios à produção nacional.*

*Em **terceiro lugar**, garantir o cumprimento dos direitos sociais: através de medidas na área da habitação, designadamente a fixação de um teto máximo, para a atualização das rendas, correspondente ao valor verificado em 2022 que é um valor de 0,43%; o congelamento das rendas em regime de renda apoiada; a fixação de um spread máximo, a indicar pela Caixa Geral de Depósitos, como instrumento de contenção do aumento dos encargos, suportados pelas famílias, com o crédito à habitação e a determinação da suspensão da execução de hipotecas dos despejos.*

*Na área da Saúde, dar início imediato do processo negocial, que define um regime de carreiras justas e valorizadas salarialmente; a implementação do regime de dedicação exclusiva; a abertura de vagas para a formação médica especializada, que permitam os médicos internos concluir a sua formação; o alargamento da atribuição e*

*incentivos para a fixação de profissionais, em áreas com carência em cuidados de saúde, e o investimento nas tecnologias e nas instalações, com o objetivo de modernizar o Serviço Nacional de Saúde. Importa defender o Serviço Nacional de Saúde e lutar para impedir o encerramento de serviços na região, nomeadamente as maternidades.*

*Na área da Educação, avançar com a vinculação extraordinária de professores com efeitos a partir de 1 de Setembro, nomeadamente dos professores que tenham 10 ou mais anos de serviço, independentemente do grupo de recrutamento; a criação de apoios à deslocação e à habitação de professores deslocados; a criação de mecanismos que permitam o regresso à docência, de professores que tenham exercido essas funções na condição de professores contratados.*

*E por último, garantir uma mais justa tributação da riqueza, avançar com a tributação extraordinária dos lucros dos grupos económicos, lucros que foram acumulados desde o início do ano e que possam ser revertidos para o investimento nos serviços públicos, no apoio à produção nacional e no reforço das políticas sociais.*

*Foram estes os 4 eixos, que o PCP apresentou com urgência na Assembleia da República.*

*Algumas destas propostas já foram apresentadas no passado, como base mínima para enfrentar a atual situação que se vive no país, atuando na origem dos problemas.*

*A eleita da CDU*

*Rosa Coutinho”.*

*O Senhor Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Hugo Adolfo dos Santos Taborda, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou o seu Voto de Louvor que se transcreve integralmente.*

***“A União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, vem por este meio propor o seguinte:***

***Voto de Louvor***

*Tivemos um verão de muito calor, criaram-se condições propícias à deflagração de incêndios.*

*O exemplo mais recente, foi o da Serra da Estrela que se estendeu ao Concelho de Belmonte e mostrou-nos o poder da Natureza e tão pequenos que somos perante ela.*

*É nestes momentos que percebemos a generosidade humana, através do voluntarismo dos bombeiros, forças de segurança e populações, que travam esta grande batalha contra um inimigo implacável, que destrói casas, património e vidas humanas.*

*E é esta generosidade que a Junta de Freguesia realça.*

*Homens e mulheres que olham de frente o inimigo e travam esta batalha, seja no nosso território, seja fora do nosso Concelho, em gesto solidário para com os seus camaradas.*

*Merecem o nosso mais profundo respeito e admiração.*

*Temos orgulho no vosso trabalho e deixamos por isso uma palavra de particular apreço à corporação que serve o território do Concelho de Belmonte, e todas as outras corporações, que eficaz e prontamente combateram e debelaram as chamas que repentinamente irromperam na nossa freguesia, bem como à GNR, Protecção Civil Municipal, dos elementos da direcção e sócios do CCDR de Colmeal da Torre, dos funcionários e directores do Centro Social e Paroquial do Imaculado Coração de Maria de Colmeal da Torre, do Município de Belmonte e de todos os habitantes de Colmeal da Torre e da Gaia pelo auxílio e ajuda prestada no combate aos incêndios florestais, durante este período, com episódios marcantes de impactes ambientais e humanos.*

*Este voto de louvor tem o propósito de “agradecer e evidenciar as qualidades morais e pessoais destes homens e mulheres que, com determinação, empenho e coragem, combateram os incêndios, sem tréguas e ajudaram com toda a logística que foi necessária.*

*Além de todos os meios humanos e materiais e ainda a todos os colaboradores das empresas e munícipes pelo empenho, acção, vigilância e solidariedade.*

*A Junta de Freguesia estará sempre ao vosso lado, apoiando objectivamente as vossas necessidades.*

*Pelo que propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:*

*Aprovar o presente voto de louvor.*

*Bem hajam!”*

*Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do Voto de Louvor através de braço no ar.*

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor da Bancada do PS (10), da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1), pelo que o Louvor foi aprovado por **unanimidade** dos presentes na votação. -----*

*O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Muito bom dia a todos*

*1 - Antes de mais quero aqui saudar todos os nossos bombeiros pelo empenho, dedicação coragem, resiliência e entrega no combate aos incêndios que assolaram a nossa região e o nosso concelho. Desejo que todos aqueles que foram hospitalizados e foram vítimas de acidentes se encontrem fora de perigo e bem de saúde.*

*São verdadeiros soldados da paz que colocam em risco a própria vida para nos proteger.*

*Um grande bem-haja!*

2 – Realçar a deslocação do senhor Presidente do Executivo à ilha do Sal em Cabo Verde, para promover o desenvolvimento de projetos específicos em várias áreas, mas em especial, a **Democracia Participativa e saneamento básico**

3 – Nesta visita foi estabelecido um protocolo de colaboração entre ambos os Municípios, o de Belmonte e o do Sal. Ficou estabelecido um encontro anual para fazer a **avaliação das obras e a programação das atividades para o ano subsequente?**

**Meus senhores e minhas senhoras estamos perante um insulto à nossa inteligência. Senão vejamos:**

É referido nesse protocolo o desenvolvimento e a execução de projetos. Como é possível estabelecer este tipo de acordo com um País distante, se aqui no nosso Município esse trabalho não é feito?

Temos vindo a insistir nesta Assembleia, com os projetos para a repavimentação das nossas vias que estão já em estado lastimável, cheias de crateras e que colocam em perigo as pessoas e os seus bens.

E a sinalização horizontal e vertical que não existe ou está obsoleta?

Para quando o lançamento dos concursos para a sua execução?

Aconselho o senhor Presidente da Câmara a visitar o nosso Concelho para se inteirar desta situação e dar instruções aos serviços para a execução dos projetos e lançamento dos respetivos concursos. Não está certamente à espera que o presidente da Câmara do Sal em Cabo Verde faça este trabalho?

#### **4 - Democracia Participativa e saneamento básico**

##### **4.1 saneamento básico**

Quanto ao saneamento básico também temos vindo a alertar para o défice existente e para o terceiro mundismo em que vivemos nesta área. Senão vejamos:

Voltamos a trazer um assunto muito grave que aponta para crime ambiental e que viola o nosso Regulamento Municipal designado como “**Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas**”. Temos vindo a alertar para o problema e nada foi feito.

Continuamos com a existência de esgotos a céu aberto, provenientes de fossas de retenção de sólidos, que funcionam como decantadores/separadores de sólidos e

líquidos. São exemplo disso uma fossa que recolhe as águas residuais da povoação de Inguias e outra que recolhe o lado Nascente da Vila de Belmonte;

Como as mesmas não são limpas pelo Município, escorrem para os nossos lençóis de água, sem qualquer tratamento. **A isto chama-se crime ambiental.**

Como também é do conhecimento do executivo, está construída uma estação elevatória que é um equipamento caro e necessário para elevar os esgotos provenientes da freguesia das Inguias e da estação de Belmonte para a ETAR de Caria.

Ora a conduta elevatória nem sequer está executada e a estação está apenas a degradar-se e não desempenha a sua função. Se esta situação continuar muito em breve o equipamento estará avariado e terá de ser substituído.

Queremos ainda lembrar que por falta de se retirar os esgotos da fossa da freguesia, o transbordo vai para esta estação e como não tem saída, vai para a nossa ribeira a céu aberto e sem tratamento. **A isto chama-se crime ambiental.**

Diz-se que o empreiteiro faliu e a obra ficou por concluir. Não se lançou novo concurso para a resolução desta situação que já se arrasta há vários anos?

Não queremos acreditar que o nosso dinheiro está a ser mal gerido, tendo sido gasto em equipamento muito caro que não serve para nada.

**Estaremos porventura à espera do protocolo com o município do Sal para resolvermos o problema?**

#### **4.2 - Democracia Participativa**

No protocolo estabelecido com o município da SAL em Cabo Verde está referida e muito bem a democracia participativa, no entanto ela nem sequer é praticada entre os órgãos do nosso Município como é o caso desta Assembleia.

Nem esta bancada, nem os nossos cidadãos são chamados a participar no orçamento. Simplesmente ninguém é ouvido. **Isto não é democracia participativa.**

**Democracia participativa** é transmitirmos as sessões online de modo a que as nossas decisões cheguem a um maior número de pessoas possível.

**Democracia participativa** é levarmos esta assembleia a todas as freguesias para podermos ouvir aqueles que são o que de mais importante existe, **as pessoas.**

**Não vale a pena dizer que não há meios e que as pessoas não aparecem.**

*Não podemos esquecer que é com o dinheiro dos nossos cidadãos que se gere o Município.*

*Minhas senhoras e meus senhores está na hora de mudar o rumo da democracia neste Concelho, dando sinais reais da prática democrática.*

*Lançamos aqui o desafio para a implementação do **orçamento PARTICIPATIVO**.*

***O Orçamento Participativo** é um processo de pura democracia que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre o **orçamento municipal**, através da participação da comunidade.*

*Vamos ouvir as nossas gentes e gastar o seu dinheiro na execução de projetos propostos em democracia, hierarquizando as prioridades e indo ao encontro das necessidades reais e transmitidas pela nossa população, **não contraindo mais empréstimos num concelho que vive já em agonia económica e que não pára de se endividar.***

*Vamos gastar o dinheiro que não temos numa infraestrutura empresarial, quando existe uma outra que ainda não está completamente utilizada?*

*Parece haver um problema grave de gestão neste Município.*

*CUMPRAMOS O PROTOCOLO COM A NOSSA POPULAÇÃO, POIS NAS ELEIÇÕES, O MESMO FOI ASSINADO.*

*CUMPRAMOS A NOSSA PALAVRA.*

*Na senda daquilo que aqui referimos, proponho que o sr. Presidente desta Assembleia coloque à votação os seguintes pontos:*

- a) Transmissão online das sessões desta Assembleia;*
- b) Realização desta assembleia também nas freguesias, em datas e horas que permitam a participação dos cidadãos.*

*Tendo dito!!!!”*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e referiu que relativamente às duas propostas apresentadas pelo Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), existem duas razões para que não se levem a votação, porque uma delas*



*compete à Mesa da Assembleia Municipal a marcação das Sessões de Assembleia Municipal, assim como a escolha do local para a sua realização.*

*No que se refere à transmissão on-line mencionou que este assunto já tinha sido debatido e que não dispunha de mais novidades. Realçando que outro aspecto que tinha que se ter em conta era a proteção de dados. Dando nota que era um processo que estava a ser estudado e que a seu tempo haveriam de falar sobre o assunto, com uma maior profundidade.*

*O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e referiu que não iria focar o conflito de interesses da intervenção feita pelo Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), uma vez que não se encontra na presente Sessão como Presidente da Rádio Caria. Todavia, como é do conhecimento de todos, os assuntos da Rádio Caria são para ser tratados em locais próprios, uma vez que essa mesma rádio é uma rádio local de serviço público, embora seja privada pretence a uma Associação. Pois tem o seu alinhamento, a sua programação, os seus profissionais, tem uma identidade e sabe-se quem é que responde se houver algum assunto a tratar. Pelo que também dizia ao Senhor Deputado António Marques, que ele próprio também sabe quem é que é o responsável da nova Rádio Gereções do CAP, e quando ele mesmo precisasse de tratar de algum assunto, dirigir-se-ia aos seus responsáveis.*

*No que diz respeito às transmissões on-line, aludiu que no seu entendimento não é tão “liquido” como possa parecer, e isto porquê? As transmissões on-line foram uma inovação por causa da pandemia, sendo que houve a possibilidade de o fazer mas que atualmente terminou, quando terminou a Lei do Covid.*

*Asseverou ainda que no momento a Lei em Portugal ainda não foi alterada e que não existe nenhuma Lei que diga que as Assembleias Municipais têm que ser transmitidas on-line, assim como o próprio Regimento. A única coisa que diz é que as Assembleias Municipais têm que ser públicas, facto este que está a acontecer.*

*Prosseguiu referindo que o assunto das transmissões on-line parecem uma “novela mexicana”, pois a única preocupação da oposição é as transmissões on-line. Não compreendendo o porquê.*

*Por fim, referiu que a descentralização das Assembleias Municipais compete à mesa da Assembleia Municipal decidir.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e deu conhecimento que o Município de Belmonte já dispunha de condições para que se possam fazer as transmissões on-line das Assembleias Municipais, contudo competia à Assembleia Municipal decidir se pretendiam ou não fazê-las.*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e lembrou que uma recomendação não é uma proposta, e o que tinha sido aprovado numa das Assembleias Municipais tinha sido uma recomendação. Contudo, e uma vez que o Senhor*

*Vice-Presidente tinha referido que o Município já dispunha de condições para o fazer, iria colocar este assunto a votação, mas ressaltando a legalidade do mesmo.*

*A Senhora Deputada Patrícia Eusébio (PS), tomou a palavra e referiu que tendo em conta que a proposta vinha do Grupo Parlamentar do PSD, surgiria que as duas propostas apresentadas fossem votadas em separado, pois no seu caso a votação iria ser diferente para cada uma delas.*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, retomou novamente a palavra e referiu que a proposta relativa à descentralização das Sessões da Assembleia Municipal não a iria colocar a votação, uma vez que era da competência da Mesa da Assembleia Municipal, decidir.*

*O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e mencionou que iria dar liberdade de voto aos Membros da Bancada do PS relativamente à proposta apresentada das transmissões on-line, uma vez que no seu entendimento essa proposta não reúne condições porque não se encontra fundamentada legalmente. Realçando que a proposta traz consequências pessoais, sendo que é necessário autorizações pessoais para a transmissão de som e imagem. Todavia, o som é obrigatório uma vez que é um auxiliar da ata, mas a reprodução de imagem tem que ser autorizado pelos intervenientes, não só pelos Membros da Assembleia Municipal, mas também para quem está a assistir.*

*O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra e lembrou que já tinha sido votada uma recomendação para a transmissão on-line e que essa mesma recomendação tinha sido aprovada por unanimidade. Logo, uma vez que existe condições para o fazer que o deveriam executar. E, que na sua opinião não se deveria estar a votar uma proposta que já tinha sido votada.*

*O Senhor Deputado Luís António (PS), retomou novamente a palavra e referiu que mesmo que o Executivo da Câmara tenha condições, o Executivo não manda nas pessoas que estão presentes nas Assembleias Municipais, pelo que as próprias pessoas presentes podem não autorizar.*

*Para terminar, mencionou que a Assembleia Municipal tinha a obrigação de cumprir a Lei.*

*Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação das Transmissões On-line das Assembleias Municipais através de braço no ar.*

*----- Concluída a votação verificaram-se 6 votos contra da Bancada do PS (Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Primeiro Secretário da Mesa, a Segunda*

Secretária da Mesa, o Senhor Deputado Luís António e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Inguias e Maçainhas), 2 abstenções da Bancada do PS ( o Senhor Deputado David Canelo e o Senhor Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre) e 11 votos a favor da Bancada do PPD/PSD (8), da Bancada da CDU (1) e da Bancada do PS (os Senhores Deputados Patrícia Eusébio e João Botão), pelo que as Transmissões On-line das Assembleias Municipais foram aprovadas por **maioria** dos presentes na votação, sendo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deixou uma ressalva que a Mesa da Assembleia Municipal iria pedir um parecer jurídico para avaliar a legalidade das transmissões on-line -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesias de Caria, Silvério Gavinhos Quelhas, tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Bom dia a todos os presentes,

### **1. Parque Industrial de Caria**

Pretendo saber qual o ponto de situação do parque industrial de Caria, quais os critérios que levaram a optar pelo parque de Maçainhas em detrimento do parque de Caria

Quando pretendem regularizar a fatura de limpeza do parque industrial de Caria?

### **2. Reembolso retro**

Quando irá ser feito o reembolso de 50% do valor de aquisição da retroescavadora? Mail com Fatura pro-forma com data de 03/05

Mail com Fatura com data de 4/8

Fui informado que era necessário cumprir o CCP na aquisição do equipamento, foi preparado odossier e não foi dada resposta por parte da CM

Já tinha sido acordado no mandato anterior o pagamento de 12 500€

### **3. Aumento do valor de transferência de competências**

Já foi solicitado por diversas vezes o aumento do valor da transferência de competências para fazer face aos constantes aumentos (combustível, pessoal, etc) e a JF ter capacidade para admitir mais 1 funcionário para integrar a equipa operacional de campo, limpezas.

Sem o aumento de funcionários não é possível conseguir fazer um controlo eficaz das infestantes, assim como realizar trabalhos de manutenção (caminhos, muros, etc)

#### **4. Mails**

*Pretendo questionar qual a razão pelo qual não são respondidos os mails que são enviados para a CM*

*Qual a razão de serem impressos os mails e distribuídos pelos vereadores para análise?*

*(FALTA DE EDUCAÇÃO, E FALTA DE RESPEITO, É O SRº NÃO RESPONDER AOS MAILS, NÃO ATENDER O TELEFONE, NÃO PARTICIPAR NAS ACTIVIDADES ONDE É CONVIDADO NA PROPRIA FREGUESIA E PIOR AINDA É ACERTAR COM A JF DETERMINADAS SITUAÇÕES E DEPOIS NÃO CUMPRIR)*

#### **5. Comissão Toponimia**

*Quando está criada a Comissão de Toponimia? Porque a sinalética da Freguesia tem de ser revista e colocados novos sinais, rever nºs de polícia e nomes de ruas. Foi-me indicado em Dezembro que seria criada e até à data nada foi feito.*

#### **6. Mapa de Investimento da Freguesia**

*Foi apresentado, no dia 22/12/2021, junto desta CM o mapa de investimento da JF para ser incluídoem parte (ou na totalidade) no orçamento da CM para 2022*

*Pergunto, quais os investimentos considerados?*

*Qual o montante que a CM já disponibilizou ESTE ANO para a realização desses projectos na freguesia? ZERO. Até perderam o mapa, que mais tarde voltaram a pedir-me.*

*Reunião 22/12/2021*

*8/3/2022*

*22/3/2022*

*SE NÃO HÁ DINHEIRO, PORQUE FIZERAM PROMESSAS ENGANOSAS AO POVO? AS PESSOAS QUE ESTÃO HOJE, SÃO PRECISAMENTE AS MESMAS QUE ESTAVAM NOS ÚLTIMOS ANOS, APENAS OCUPAVAM POSIÇÕES DIFERENTES. E NÃO SABIAM QUE NÃO HAVIA DINHEIRO? ONDE ESTÁ O FOLHETO COM AS PROMESSAS QUE QUASE PARECIA UM LIVRO?*

*E AO QUE ME FOI DITO, COMO SE ISSO FOSSE MOTIVO DE CONSOLO, QUE TAMBÉM AS OUTRAS 3 FREGUESIAS NÃO ESTÃO A RECEBER DINHEIRO. O QUE AINDA É MAIS GRAVE PORQUE DEFENDO A MINHA FREGUESIA, MAS TAMBÉM ESTOU SOLIDÁRIO COM OS MEUS COLEGAS PRESIDENTES DE JUNTA, QUE TAMBÉM TÊM DIFICULDADES E TÊM DE LIDAR DIRECTAMENTE COM A POPULAÇÃO*

## **7. Jardim Público de Caria**

*Devido ao facto de não estarem a ser respeitados os acordos entre a JF e a CM, entende a JF que não estão reunidas as condições para trabalhar em parceria, pelo que a CM deverá assumir a responsabilidade da obra na totalidade e dar início aos trabalhos coma máxima brevidade.*

*Agradecer no entanto ao Srº Engº Simões, que foi desde o primeiro dia incansável e empenhado nessa causa. E posso mesmo dizer que é um exemplo que outros deviam seguir. Agradecer pelo trabalho que estava a fazer em prol da Freguesia e do Concelho.*

*Muito obrigado.”*

*O Senhor Deputado Carlos Pinheiro (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Começo por informar a mesa da Assembleia Municipal, que a descentralização das reuniões da Assembleia Municipal, é uma competência da mesa, isso é um facto. Mas por iniciativa da mesa, ou aprovado por maioria da Assembleia. Se memória não me falha é o que diz a lei, e se é o que diz a lei, o Sr. Presidente da mesa, devia ter posto esta proposta à votação da Assembleia.*

*Agora, um assunto que já trouxe aqui várias vezes, que é a abertura de um consulado brasileiro em Belmonte. Este é um assunto que foi anunciado com poupa e circunstancia, primeiro era a pandemia, depois tivemos cá o Sr. Embaixador do Brasil, que prometeu que seria em setembro, aquando dos 200 anos da independência do Brasil, mas afinal nos 200 anos, foi só fogo-de-artifício, vamos ver se no 5 outubro, também vai haver fogo-de-artifício.*

*Escola do Benfica Cova da Beira, quero saber os custos que a Câmara, vai ter nas infraestruturas do Estádio Municipal, quero saber claramente os custos monetários que a Câmara, vai ter com essa escola. Quero perguntar ainda, quem vai pagar ao coordenador técnico (Tomás Duarte) se é a Camara Municipal, ou é o Benfica.*

*Sobre esse assunto, quero também saber o nome do parceiro privado que está envolvido neste projeto.*

*E para terminar neste ponto, chegou-me por várias pessoas que a Polícia Judiciária, este ano, em Belmonte, de visita à Câmara e que levou alguns processos, quero saber da boca do Sr. Vice-presidente, se esta notícia é verdade ou mentira.”*

*A Senhora Deputada Telma Matos(PPD/PSD), tomou a palavra e agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e à Senhora Tatiana Saraiva, pela preocupação de lhe fazer chegar a convocatória para a Assembleia Municipal via e-mail, uma vez que não teve oportunidade de fazer o levantamento do registo da convocatória, por não ter horário para o fazer. Pelo que, solicitou que escusavam de enviar por correio as convocatórias até por uma questão ambiental, sendo que bastava enviar por e-mail.*

*Agradeceu ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, pela resolução do problema do microfone.*

*Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Bom dia a todos os presentes, votos de um bom trabalho!!!*

*Em dias difíceis como os que vivemos, assistimos a medidas criadas pelo governo para apoiar o rendimento das famílias face á subida da inflação e ao preço da energia.*

*Medidas curtas, mas que ainda assim representam um reconhecimento da difícil situação ECONOMICA, FINANCEIRA E SOCIAL vivida pela maioria dos portugueses.*

*A câmara municipal é o órgão executivo do município cuja missão primária devia passar por definir e executar práticas que promovesse o desenvolvimento do concelho.*

*Vejamos problemas antigos já diagnosticados e falados, mas que são cada vez menos a prioridade do executivo:*

*- temos no nosso concelho uma rede viária que nos envergonha e nos preocupa ainda mais com a proximidade do inverno.*

*“Tapar o sol com a peneira”, como foi a colocação de areia nas crateras das nossas vias que posteriormente receberam remendo de algum alcatrão, não nos parece um procedimento correto, mas sim um medíocre processo que apenas confere um falso sentido de segurança para quem conduz!!!*

*- a falta de sinalização, (preocupante junto a paragens dos transportes, parque infantis e escolas), a sinalização vertical e horizontal incoerente, a falta de bermas, a falta de marcação nas vias, os railes de proteção,*

*- a falta de passeios que permitam a mobilidade de todos,*

*- o não investimento em obra, nomeadamente em zonas pedonais e cicláveis que são um meio eficaz de garantir segurança. A pedonalização das ruas é uma ferramenta essencial no fomentar um estilo de vida saudável, com benefícios também no desenvolvimento e habilidades sociais dos menores.*

*- a fraca manutenção dos espaços e de estruturas existentes, São problemas antigos que gostávamos de ver resolvidos, alguns deles com promessas do investimento resultante do aumento do imposto municipal sobre imóveis.*

*Os domínios da ação social, tais como o ambiente, cultura e ciência, defesa do consumidor, desporto, educação, equipamento rural e urbano, habitação, ordenamento do território e urbanismo, património, promoção do desenvolvimento, saneamento, saúde, tempos livres e transportes, são áreas chave que deviam ser o FOCO do executivo e não o supérfluo.*

*Assistimos a festas, feiras e fogos de artifício, mas não se vislumbram medidas concretas no apoio ás famílias e empresas.*

*Ajudar não significa apenas dar, ajudar também significa, facilitar, contribuir, favorecer, auxiliar, promover e servir.*

*O executivo precisa de ajudar os seus munícipes, e mais uma vez, hoje, perdemos a oportunidade discutir e aprovar medidas de apoio, para todos juntos, darmos um apoio direto aos prejudicados com os incêndios, á economia familiar e empresarial, enquanto se propõe discutir mais um projeto e um pedido de empréstimo que em nada ajudará os nossos Munícipes.*

*Os brutais aumentos sentidos necessitam de medidas imediatas pois desfavorecem e fragilizam as famílias e as empresas.*

*É preciso que o executivo proteja os seus munícipes. Assistimos todos os dias á emigração de famílias ou de um elemento da família na tentativa de salvar e alimentar os seus. Precisamos de valer às nossas gentes e repensar e proteger quem ainda decide ficar.*

*É necessário auxiliar todas as famílias, ajudando-as no acesso a tarifas sociais, repensar apoios para famílias numerosas, aumentar a ajuda ás famílias que esperam a chegada de novos membros, ajuda no apoio a famílias sobreendividadas, famílias com filhos a estudar (quer seja no apoio de material escolar, alimentação, transporte (aproveitando a ferrovia), não aumento de qualquer taxa, reforçar o investimento na qualidade e quantidade de transportes e pensar na habitação a custos controlados.*

*É importante pensar e repensar o nosso futuro.*

*PENA QUE A SESSÃO DE HOJE SEJA MAIS UM CUMPRIR DE CALENDÁRIO, COM UMA ORDEM DE TRABALHOS POBRE, SEMPRE NO ÚLTIMO DIA UTIL POSSÍVEL, NO HORÁRIO SEMPRE MAIS INCONVENIENTE, E NÃO UM ATO OU ESFORÇO SIMULTÂNEO NA OBTENÇÃO DE UM RESULTADO MELHOR PARA AS NOSSAS GENTES.*

*Obrigada.”*

*O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Saúdo o senhor vice-Presidente da Assembleia Municipal, os membros da Mesa, as senhoras e senhores deputados, o Executivo da Câmara Municipal, os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, colaboradores do município, órgãos de comunicação social, os concidadãos e público que assistem a esta reunião, e muito especialmente aqueles gostariam de estar a assistir a esta assembleia municipal através dos meios audiovisuais.*

*Sr vice-Presidente da câmara, solicitaram me vários munícipes belmontenses que o questionasse sobre o motivo pelo qual o mesmo não pode assistir às assembleias*

*municipais, via meios de comunicação audiovisuais como uma grande parte da população portuguesa já o faz?*

*Resolvidos que foram os problemas técnicos (dado que se realizou a 24 de agosto de 2022, pelas 11:30h, na sala da Assembleia Municipal de Belmonte, a conferência de imprensa de divulgação da instalação da Escola de Futebol Benfica Cova da Beira em Belmonte- transmitida on-line e disponível no Youtube) questiono se foi solicitado algum parecer jurídico para essa transmissão?*

*Se não foi, não vejo qualquer necessidade de solicitar esse parecer jurídico, bastando no âmbito da Proteção de dados o acordo formal dos presentes nas assembleias municipais.*

*Pode o sr vice-Presidente da câmara municipal assumir aqui o compromisso de que doravante as assembleias municipais são transmitidas on-line?”*

*Prossiguiu dando nota que já todos os presentes na Assembleia Municipal se tinham apercebido que em quase todas as convocatórias da mesma existiam elementos que não tinham a possibilidade de rececionar as cartas registadas para as receberem Apresentando assim uma Moção para que as convocatórias passassem a ser efetuadas por e-mail e não por carta registada.*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e referiu que se tem vindo a enviar as convocatórias via e-mail a quem o tinha solicitado, assim como também por carta registada conforme o que está previsto na Lei. Não vendo nenhum inconveniente/impedimento para que as convocatórias sigam via e-mail. Contudo apenas solicitava que os interessados fizessem chegar por escrito a vontade de rececionarem as convocatórias via e-mail. Não havendo assim a necessidade de colocar a votação a Moção apresentada pelo Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD).*

*O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal*

*Exmo. Senhor Presidente da Camara e senhores Vereadores*

*Exmos. Senhores Deputados Municipais*

*Exmos. Senhores autarcas*

*Exmos. Senhores Munícipes*

*Exm<sup>a</sup>. Comunicação Social*

*Há mais de dois anos que se iniciaram as obras de derivação de água do regadio com vista à rega dos espaços ajardinados, para poupança da água tratada destinada ao abastecimento público. Parte do investimento está feito, pelo que pergunto: A obra encontra-se concluída? Já há benefícios desse investimento?*

*A Câmara tomou a iniciativa de escrever aos munícipes que supostamente teriam pagamentos de fornecimentos de água em atraso solicitando a regularização. Desde há*



*muito que tenho defendido nesta Assembleia que a gestão da água carece de especial atenção, o que nem sempre acontece.*

*Continuam as fugas de água, os roubos, contadores avariados com registos de consumo zero sem que ninguém disso dê conta, etc.*

*Enquanto o ministério do ambiente e o senhor Presidente da Câmara fazem apelos para a poupança da água, assistimos com frequência ao desperdício com a lavagem de carros na via pública. Sei que não existe fiscalização nessa área, mas esperamos que haja ao menos o dever de cidadania a que as entidades oficiais têm vindo a apelar.*

*Pergunto:*

- Foram cobradas as faturas que efetivamente estavam em atraso?*
- Quanto arrecadou a Câmara com esta iniciativa?*
- Foi suspenso o fornecimento a quem não regularizou a situação?*

*A Câmara cedeu às Aguas de Lisboa o seu património de captação e os reservatórios de água, estruturas que na sua maioria não estão a ser utilizadas por aquela empresa.*

*O Município dispunha de uma captação de água em Aldeia do Souto.*

*Não seria possível à camara, através de um pequeno investimento, aproveitar as águas de Aldeia do Souto, que chegam aqui por gravidade e sem qualquer custo, para a rega dos jardins, para as piscinas municipais e para as fontes decorativas?*

*Temos conhecimento das dificuldades que alguns cidadãos sentem quando têm necessidade de obter um título de transporte para a rede expresso ou para a CP.*

*Para obter o bilhete de transporte para a rede expresso, é necessária uma deslocação à Covilhã ou à Guarda, ou em alternativa através da Internet. Sendo certo que uma parte da população não tem acesso á internet ou não está para isso habilitada, não seria possível ao município disponibilizar esse serviço na loja do cidadão*

*Apesar da boa vontade do funcionário da loja do cidadão, o utente tem sempre que dispor de cartão multibanco cartão de crédito para fazer o pagamento, o que coloca iguais dificuldades.*

*Solicita-se portanto ao município que providencie junto da CP e rede Expresso um meio de agilizar tais dificuldades.*

*Oportunamente informou o Exm<sup>o</sup>. Presidente esta Assembleia que estavam a decorrer negociações com vista à reparação das vias municipais degradadas em resultado da sua utilização pelos transportes pesados que as utilizaram na renovação da linha da Beira Baixa. Pergunto:*

- Houve lugar ao pagamento de alguma indemnização?*
- Qual o resultado dessas negociações?"*

*O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Como referido pelo Sr. Presidente na última assembleia municipal, e que transcrevo, relativamente ao ano 2022, referiu que a Câmara Municipal ainda não tinha definido o valor dos subsídios a atribuir às trinta e duas Associações/Coletividades do Concelho, sendo certo que as restrições orçamentais também se iriam aplicar às Associações/Coletividades. Mencionou também que as Associações/Coletividades tinham que ter a noção que não podiam gastar o que quisessem e não poderiam ter sempre a Câmara a subsidiá-las, uma vez que o Município se encontrava num momento de restrições orçamentais. Pelo que o Município não poderia despende de 600 mil euros anuais como estava a pagar até agora. Por fim, ainda deu nota, que apenas algumas Associações/Coletividades tinham entregue a documentação solicitada pelo Município. Mencionou o sr. Presidente, “sendo certo que as restrições orçamentais também se irão aplicar às Associações/Coletividades”. Eu pergunto, qual o valor total que vão subsidiar? já definiram os valores dos subsídios de cada associação instituição? Tendo conhecimento de algumas associações e instituições que até ao dia de hoje não receberam subsídio nenhum relativo a este ano, quero perguntar, se a Câmara já transferiu subsídios a algumas ou ainda não transferiu para nenhuma?*

*Uma vez que estava orçamentado, na rubrica que diz respeito aos subsídios a estas entidades, 600 mil €, o que dá 50 mil € mês, vezes 9 meses ao mês atual, quer dizer que neste momento a câmara já devia ter transferido para estas entidades 450 mil €. Se ainda não transferiu nada, como e quando pensa vir a transferir este valor? Como acha este executivo que uma entidade pode planear, gerir e executar as atividades e a tesouraria, se passados nove meses ainda não recebeu subsídio nenhum, nem sabe quanto nem quando vai receber? Faz sentido a este executivo as entidades gerirem-se assim? Estamos a 3 meses do fim do ano, podem esclarecer-nos, se as entidades ainda receberão algum valor este ano, ou para o ano a câmara terá capacidade financeira para pagar os subsídios de 2 anos?*

*Segundo ponto:*

*No dia 24 de agosto deste ano, aconteceu neste local a apresentação da instalação da Escola de Futebol Benfica Cova da Beira aqui em Belmonte. Onde estiveram presentes por parte do município, o presidente e o vereador André Reis. Caso o assunto fosse apenas entre clubes, não faria sentido nenhum trazer o assunto a esta assembleia, mas uma vez que o município também esteve e penso estar envolvido, gostaria de ver dissipadas algumas dúvidas que se levantam a muita gente:*

- Qual a entidade que gere a escola?*
- Qual a função da UDB nesta parceria?*
- Sendo público que os atletas que já estavam inscritos pela UDB, continuam a pagar a mensalidade que já pagavam à UDB, mas que as mensalidades da escola são superiores a esses valores, quem subsidia a diferença? Ou a escola aceita que esses atletas paguem menos que os novos?*

- Qual a ligação do vereador André Reis com a escola? Estão certos que não existe nenhum conflito de interesses?

- Acham positivo enfraquecer um clube histórico do nosso concelho, como é a UDB, para criarmos uma escola do Benfica que nem o nome de Belmonte transporta, é a escola do Benfica da cova da beira?

#### Terceiro ponto

Tivemos todos conhecimento de há uns dias, algumas zonas de Belmonte e Colmeal da torre terem ficado sem água durante grande parte do dia. Pelo que me foi transmitido, o problema não foi da entidade que gere o abastecimento de água, a Águas do Vale do Tejo, havendo até informação dada pelo eng. Hugo Reis, que o depósito que serve de reservatório de água da vila de Belmonte, estava a 45% da sua capacidade máxima. Pergunto, uma vez que o corte de água não foi causado por um acidente, entenda-se acontecimento fortuito, o que esteve na origem do corte? Foi negligência, erro, de algum funcionário ou outro elemento da câmara? Estando certo que este corte, para além de causar transtornos ao quotidiano de muitos particulares, causou também prejuízos a empresas sediadas nesta freguesia, que atitude teve, ou está a pensar vir a ter este executivo, para com estes empresários? Assumiu a culpa, retratou-se, os prejuízos provocados ficam apenas para quem os teve?

#### Quarto ponto e último

Quero trazer a esta assembleia uma dúvida relativa a um contrato publicado na base gov, datado de

Nove de setembro deste ano. Contratação pública por consulta prévia, com a descrição FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO PARA INSTALAÇÃO DE COWORK, com o CPV 30190000-7. Sendo uma contratação por consulta prévia, que nos diz que, A consulta prévia corresponde ao procedimento de contratação pública em que a entidade adjudicante convida diretamente, pelo menos, três entidades à sua escolha a apresentar proposta, podendo com elas negociar os aspetos da execução do contrato a celebrar (artigo 112.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos).

Pergunto, para além da entidade adjudicatária, quais foram as outras duas, no mínimo, que foram convidadas? Depois, diz-nos o contrato publicado, que “os encargos resultantes da contratação do presente contrato têm cabimento na dotação orçamental, na rubrica 02/070115 com os números sequenciais de compromisso 25623/2022. De referir que o valor do contrato é de 31.525,81 €, e o prazo de execução de 15 dias. Verificando o orçamento, e a rubrica a que o contrato faz referência, a mesma está apenas dotada de 7.500€.

Na verdade, no processo de realização da despesa pública, a sua autorização pressupõe que se verifique, não só a sua conformidade legal como a respetiva regularidade financeira, dependendo esta, como é sabido, da inscrição orçamental, correspondente cabimento e adequada classificação da despesa (cf. artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho). Por conseguinte, previamente à decisão de

*autorizar a despesa terá que assegurar-se a respetiva dotação orçamental [3], devendo para tanto os serviços municipais adotar um registo de cabimento prévio do qual constem os encargos prováveis (cf. artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho).*

*Ora, neste caso em concreto, não se cumpre a regularidade financeira exigida pelo artigo 22 do decreto lei 155/92, pois o valor da aquisição é em muito superior à dotação orçamental, como vai a câmara resolver esta incongruência?”*

*Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para responder a todas as questões que aqui foram apresentadas.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra dando nota que iria responder as questões colocadas pelos Senhores(as) Deputados(as) da Assembleia Municipal.*

*Esclareceu o Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), que uma coisa era certa e que se calhar também responderia a outras questões que tinham sido colocadas relativamente à forma como o Executivo da Câmara Municipal tem feito a gestão do Município de Belmonte. Aludiu que nada era feito fora da Lei. E que, se havia alguma coisa que prezava e estando o próprio como responsável pela gestão financeira e de que se orgulhava, era que não se assumiam compromissos que não se pudessem cumprir o que iria contra à vontade de muitas pessoas, que gostavam de ver as coisas andarem o mais rapido possível. Afirmando que também gostava que fosse assim, mas não sendo possível fazer as coisas sem ter cabimento não se fazia.*

*Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, informou que relativamente à retroescavadora e conforme o respondido por e-mail o Município terá que fazer uma alteração orçamental, uma vez que o Município não tem essa rubrica aberta.*

*Deu ainda conhecimento que o Município terá que fazer uma revisão orçamental e que essa mesma, terá que ser aprovada pela Câmara e posteriormente pela Assembleia Municipal. Contudo, para se fazer essa revisão orçamental é necessário estarem reunidas todas as condições, ou seja no caso de se fazer despesa terá que se ter receita. Logo, enquanto o Município não tiver receita, não se poderá fazer a revisão.*

*Prosseguiu afirmando que sempre respondeu a todos os e-mails que lhe são dirigidos, que atende todas as chamadas telefónicas, assim como vai a todos os locais onde é convidado e sempre que lhe é oportuno, mas que também tem a sua agenda e a sua vida pessoal.*

*Seguidamente, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que seja passada a palavra à Senhora Maria Amaro (Chefe da DTMFT), para efetuar um melhor esclarecimento sobre a revisão orçamental.*

*A Senhora Maria Amaro (Chefe da DTMFT), tomou a palavra e informou que de facto no orçamento só existe essa dotação, ou seja, quando é assumido qualquer tipo de despesa terá que se verificar o orçamento, pelo que se o orçamento estiver em baixo terá que se fazer uma alteração orçamental. Todavia, neste caso tanto o Senhor Presidente da Câmara Municipal como o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, têm competências para tal, sendo que se reforça o orçamento. Aludindo que foi o que foi feito para se assumir a despesa do Coworking.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, retomou novamente a palavra e esclareceu o Senhor Deputado Carlos Pinheiro (PPD/PSD), relativamente à Escola do Benfica Cova da Beira. Aludiu que o compromisso que o Município tem até ao momento, foi aquele que foi apresentado na Conferência de Imprensa que foi a cedência das instalações do Estádio Municipal, e o que foi debatido em Reunião de Câmara, foi que não existiria qualquer tipo de encargos para o Município de Belmonte. A participação do Município passaria exclusivamente pela cedência das instalações e de dar condições nas mesmas, e fazer, o melhoramento de pisos que seriam necessários para qualquer um dos atletas que lá se encontra.*

*Ao Senhor Deputado Luís António (PS), informou que o Executivo da Câmara Municipal também se associa ao Voto de Pesar do Dr. Manuel Marques, sendo que o Município ainda não realizou nenhuma reunião de Câmara posteriormente ao seu falecimento, mas que também iria fazê-lo.*

*Ao Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), referiu que relativamente ao IMI, a reestruturação tinha sido feita sem se considerar essa receita, uma vez que essa mesma reestruturação tinha sido feita anteriormente ao aumento do IMI, ou seja a reestruturação tinha sido feita pelo anterior Executivo da Câmara Municipal, sendo que nessa altura ainda não se tinha pensado no aumento do IMI. Contudo, só iria causar algum problema em termos jurídicos se pusessem em causa essa reestruturação. Todavia, era intenção do Município que esse aumento fosse apenas durante um ano.*

*No que diz respeito ao comunicado proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, na última reunião de Câmara, aludiu que não vai estar a escarpelizar essa questão, mencionando que nessa mesma reunião tinha estado um membro do CAP de Caria e o qual tinha intervindo, e que o Senhor Presidente da Câmara lhe tinha respondido que iria agendar uma reunião para se debater essa questão. Perante o exposto informou que não iria responder a mais nada sobre este assunto.*

*Ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, aludiu que o Executivo da Câmara Municipal também se associa a esse Voto de Louvor, uma vez que o acha bastante relevante.*

*Ao Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), informou que todas as questões que levantou relativamente à questão do Protocolo irá fazer chegar todas essas preocupações ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.*

*No que se refere às fossas que não são limpas, mencionou que julga que esse assunto está a ser tratado, pois tinha passado pelo próprio um pedido de autorização para pagamento, logo deduz-se que já está a ser tratado.*

*No que concerne ao Orçamento Participativo, referiu que esperava que fosse uma realidade, assim que o Município tivesse uma estabilidade orçamental. Pois, como já tinha sido referido no início do mandato era que o 1º e 2º ano iria ser difícil, esperando-se que o 3º e 4º ano as contas estivessem mais estabilizadas.*

*Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, transmitiu que relativamente à transferência de competências se iria agendar reuniões com todos os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia.*

*No que diz respeito à Comissão de Toponímia, deu nota que a mesma já tinha sido criada, sendo que era uma questão de agendarem uma reunião.*

*Prosseguiu, lembrando que no mapa de investimento está referenciado o que está contemplado para a Junta de Freguesia de Caria, e que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, poderia ver nas “grandes opções do plano”, o que lá estava escrito, pois tinha sido o que se tinha tido em conta.*

*Ao Senhor Deputado Carlos Pinheiro (PPD/PSD), informou que o Consulado Brasileiro depende da aprovação do Governo Brasileiro, e que até à data, ainda não existe.*

*Relativamente à presença da Polícia Judiciária na Câmara Municipal, confirmou a sua presença na Câmara, aludindo que a mesma já tinha estado nas instalações da Câmara por diversas vezes, referindo que sempre que existem queixas anónimas a Polícia Judiciária tinha que vir. Quanto ao que foi feito encontra-se em segredo.*

*À Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), informou que relativamente à rede viária, o Executivo da Câmara Municipal estava bem ciente do problema, pelo que infelizmente enquanto o Município não tiver recursos financeiros para poder fazer uma reparação a fundo, não poderá fazer nada a não ser “remendar” como o tem vindo a fazer até agora. E enquanto não houver candidaturas o Município não tem capacidade financeira para fazer uma reparação em condições.*

*Ao Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), transmitiu que a Câmara Municipal não tem que assumir o compromisso das transmissões on-line das Assembleias Municipais, pelo que esta decisão cabe à própria Assembleia Municipal. Todavia, referiu que o Município tem reunidas as condições para que se façam essas transmissões.*

*Ao Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), informou que as obras de derivação de água do regadio se encontravam concluídas no que diz respeito às tubagens, faltando apenas a parte das bombagens, uma vez que não existem as bombas elevatórias.*

*Em relação às faturas da água, referiu que o Município contratualizou com uma empresa a gestão dos serviços, sendo que lhes foram dadas indicações que procedessem ao corte da água, caso os Municípes não efectuassem o pagamento das faturas. Pelo que no presente momento desconhecia quantos cortes foram efetuados ou se foram feitos alguns cortes. Dando nota que irá solicitar um relatório à empresa e que posteriormente o fará chegar a todos os Membros da Assembleia Municipal.*

*No que se refere ao aproveitamento das águas de Aldeia do Souto, mencionou que desconhece essa captação, sendo que posteriormente iria questionar os serviços se existia alguma possibilidade de ser recuperado.*

*Relativamente aos bilhetes de transporte para a rede expresso ou para a CP, referiu que as regras são impostas pelas próprias empresas, pelo que a arranjar-se uma solução para quem não tem cartão de crédito não é muito fácil de se arranjar, porque as compras têm que ser feitas com o cartão de crédito. Mencionando que a solução passaria se o Município tivesse um cartão disponível para fazer essas mesmas reservas. Contudo poderia haver alguma forma legal para o fazer.*

*No que diz respeito ao pagamento de alguma indemnização na reparação das vias municipais degradadas em resultado da sua utilização pelos transportes pesados que as utilizaram na renovação da linha da Beira Baixa, referiu que na sua opinião o valor de 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros) é muito baixo, sendo que numa das últimas reuniões de Câmara foi debatido esse assunto, uma vez que se consta que os camiões voltaram novamente a circular por causa da Linha da Beira Alta, pelo que continuavam a circular nas nossas estradas e a deterioriza-las ainda mais. Tendo já o Município solicitado uma nova reunião*

*Seguidamente, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que seja passada a palavra ao Senhor Engenheiro Carlos Simões (Chefe da DTMPOU), para efetuar um melhor esclarecimento sobre a situação do corte da água.*

*O Senhor Engenheiro Carlos Simões (Chefe da DTMPOU), tomou a palavra e informou o Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), que o que se tinha constado era que o reservatório se encontrava a 45%. Contudo, quem acompanhava esse assunto era o Adjunto do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Joaquim Antunes, e que só ele é poderia responder/clarificar a situação.*

*O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que o problema não estava no depósito, uma vez que o reservatório tinha 45% de água, não compreendendo como é que podia faltar a água. Questionando ainda se seria alguém que tinha fechado alguma torneira, que não deveria ter fechado. Afirmando que com este corte de água tinha existido prejuízo para as empresas.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e mencionou que realmente tinha existido esse problema, contudo tinha sido solicitada a sua solução e que a mesma tinha sido solucionada. Não podendo acrescentar muito mais, porque desconhecia qual tinha sido o motivo.*

*O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), retomou novamente a palavra e relembrou a questão que tinha feito aquando da sua intervenção inicial. Uma vez que já tinha sido identificada a pessoa que poderia responder sobre o que se tinha passado e para que tivesse existido esse corte de água. Contudo referiu que não estava a insinuar que essa pessoa tivesse a culpa, visto que a mesma não se encontrava presente na Sessão da Assembleia Municipal. Como o Município/Executivo responde por todos os seus funcionários e não só, e tendo o Senhor Joaquim Antunes um cargo político, questionou novamente se o Município tinha intervindo de alguma forma.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, retomou a palavra e informou que o Senhor Joaquim Antunes, iria estar na presente Sessão para esclarecer essa situação.*

*Prosseguiu, continuando a responder ao Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), relativamente aos subsídios a transferir para as Associações e Instituições. Informou que ainda não tinham sido feitos nenhuns pagamentos referente ao ano de 2022, sendo que o que estava cabimentado e o que tinha sido pago/transferido foi relativo ao ano de 2021. Dando conhecimento que para este ano de 2022, ainda não tinham sido definidos os valores a transferir para as Associações e Coletividades. Todavia, enquanto o Município não tiver a entrada de verbas para que possa ter despesa não se poderá fazer essas transferências.*

*Mencionou ainda que relativamente aos valores a transferir para as Associações e Coletividades e cuja a questão tinha sido levantada na última Reunião de Câmara pelo Senhor Vereador José Mariano, é que esses valores iriam ter que ser todos revistos. Asseverando que as Associações e as Coletividades não poderiam ter por certo os valores anteriormente pagos.*

*Referiu também que o Município tem uma previsão daquilo que vai gastar, mas que para isso terá que saber se a receita vai ser aquela que espera vir a receber.*

*Seguidamente, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que seja passada a palavra ao Senhor Joaquim Antunes (Adjunto do Senhor Presidente da Câmara Municipal), para efetuar um melhor esclarecimento sobre a situação do corte da água.*

*O Senhor Joaquim Antunes (Adjunto do Senhor Presidente da Câmara Municipal), tomou a palavra e informou o Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), que não tinha existido nenhuma rutura. O que tinha acontecido foi que quem abastesse Belmonte e*



*neste caso era a EPAL tinha o reservatório com 11% de água. E que o problema foi o de terem deixado o reservatório que se encontra no Olival Grande e que tem uma quota muito parecida com o limite do abastecimento que se encontra exatamente no restaurante “Manjar dos Deuses”. Mencionou, que o Município já tinha arranjado uma solução. Anteriormente estava ligado a uma conduta e que agora passaria a estar ligada a uma outra para que não houvesse esse mesmo problema.*

*Realçou que o mais preocupante se tinha passado com as fábricas da Torre e da Grasil, tendo o próprio falado com os responsáveis das duas fábricas explicando-lhes a situação.*

*Relembrou que nesse dia tinha chovido muito, tendo-se tornado difícil verificar se tinha existido uma rutura ou não, uma vez que se tinham reservatórios HSJ, logo a água estava a chegar lá.*

*Por fim, frisou que não culpabilizava ninguém, nomeadamente as Águas.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, retomou a palavra e informou que relativamente ao parque industrial de Caria, o terreno do mesmo, não se encontra infraestruturado para ser parque industrial, sendo que o mesmo seria uma boa localização. Contudo essa não tinha sido a opção do Executivo da Câmara Municipal.*

*Relativamente ao pagamento do trabalho de limpeza, mencionou que os trabalhos já tinham sido efetuadas por uma firma, tendo esta já faturado o serviço ao Município, e que achava que esse pagamento já tinha sido efetuado. Todavia, poderia ter havido um ligeiro atraso, uma vez que o Município estava a fazer os pagamentos aos fornecedores mais ou menos a cento e vinte dias. Afirmando que a Câmara Municipal sempre que assume um pagamento pode até demorá-lo a fazer, mas fá-lo.*

*O Senhor Deputado João Santos (PS), tomou a palavra e mencionou que apenas iria responder a uma interpelação que o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tinha feito aos Deputados da Bancada do PS, relativamente à questão do IMI. Deixando novamente bem clara a sua posição, conforme o que já tinha feito na primeira Assembleia Municipal deste mandato, onde afirmou que não votará qualquer proposta que não seja a redução do IMI para os valores que estavam indicados antes deste mandato.*

*Asseverou que esta situação estava bem clara na outra ata, e que agradecia que também ficasse bem clara nesta ata.*

*Recordou essa mesma ata e uma vez que o Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), falou sobre o orçamento participativo, lembrou que nessa ata está a referência que o próprio tinha dado sobre a necessidade de um orçamento participativo e jovem para o Concelho de Belmonte, logo não era nada de novo, deixando assim o repto para que isso possa acontecer.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que seja passada a palavra ao Senhor Vereador André*

*Reis, para efetuar um melhor esclarecimento sobre a Escola de Futebol Benfica Cova da Beira.*

*O Senhor Vereador André Reis, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente referiu que não existe nenhum conflito de interesses e que a sua presença no Estádio Municipal é enquanto Vereador da Câmara Municipal de Belmonte e com competências delegadas para supervisionar e gerir toda a negociação de protocolo junto de todas as entidades envolvidas, sendo que é nessa qualidade que está no Estádio Municipal.*

*Deu ainda nota que tem estado a dar treinos a um escalão da União Desportiva de Belmonte respetivamente da Escola de Futebol, mas se era isso que o Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD) questionava e para que ficasse bem claro o próprio não tem qualquer tipo de relação com a empresa privada que explora a Escola de Futebol Benfica Cova da Beira. Daí não haver qualquer conflito de interesses, pois se alguma vez houvesse faria o que já tinha feito numa das reuniões da Câmara Municipal em que se votou uma situação em relação à CPCJ e que o mesmo se tinha ausentado da votação.*

*Mencionou que a entidade privada envolvida era a Baseline Consulting Lda.*

*Referiu ainda que o Sport Lisboa e Benfica, é apenas uma entidade técnica de supervisão, sendo que é a empresa particular (Baseline Consulting Lda) que paga uma franquia ao Sport Lisboa e Benfica, ou seja, os custos são suportados pela empresa particular. Asseverando que o que tinha ficado como ponto assente desde o início é que os atletas da época passada e que pertenciam aos quadros da União Desportiva de Belmonte, não iriam sofrer qualquer aumento de mensalidade, nem pagariam os kits do Benfica. Que a diferença de valor não ficou assumida formalmente, uma vez que é um problema da empresa que está a ser negociada em sede do protocolo, que no seu limite poderá ser assumida por um patrocínio externo, garantindo que o Município não tem nada a ver com isso.*

*Deu ainda conhecimento que os encargos com o Coordenador Técnico não é da responsabilidade do Município de Belmonte.*

*Referiu também, que os atletas estão todos inscritos na União Desportiva de Belmonte, uma vez que as equipas de competição pertencem ao clube.*

*No que diz respeito aos novos atletas, aludiu que os mesmos pagaram a nova mensalidade estipulada, tendo os atletas conhecimento da situação.*

*Para terminar referiu que até ao momento se tinha constatado que existiu um aumento das inscrições.*

*Não havendo mais assuntos a tratar no período antes da ordem do dia o Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.*

#### **4 - Período da Ordem do Dia;**

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento que existiu uma alteração no Período da Ordem do Dia, alteração essa que tinha sido anunciada pelo Executivo da Câmara Municipal, relativamente ao Ponto 4.2 “ Pedido de Empréstimo – Linha BEI – Autarquias – AADEB Área de Acolhimento e Dinamização Empresarial de Belmonte”. Aludindo que no dia de ontem o Executivo da Câmara Municipal lhe tinha enviado um e-mail a notificar a retirada desse ponto da ordem de trabalhos, considerando que por aspetos técnico-jurídicos, alheios ao Município que seria necessário ultrapassar.*

*Perante o exposto, referiu que o Ponto 4.2 “Pedido de Empréstimo – Linha BEI – Autarquias - AADEB Área de Acolhimento e Dinamização Empresarial de Belmonte”. irá ser retirado do Período da Ordem do Dia, pelo que este assunto irá ficar reagendado para uma próxima Sessão da Assembleia Municipal.*

#### **4.1. - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira**

*O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que informou não ter nada a acrescentar à informação apresentada.*

*O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“O Plano Estratégico do Município de Belmonte é um documento de gestão orientado para a produção de decisões e de ações de acordo com os objetivos que se pretendem alcançar nos próximos anos.*

*Está dividido em três partes principais.: Diagnóstico, Orientações Estratégicas e Visão e Estratégia para o Município de Belmonte*

*No último capítulo é apresentada a Visão e Estratégia a seguir nos próximos anos pelo executivo do Município de Belmonte, onde são definidos os pilares prioritários a intervir, e onde se apresentam os projetos de maior relevância em cada um dos pilares.*

*O ponto 4.1.5 refere- Requalificação da Praia Fluvial (pag 59)*

*Nesse ponto é feito um enquadramento da localização da praia, das suas vantagens, e dos principais objetivos da requalificação.*

*O turismo é um dos principais sectores da economia portuguesa, e o seu peso na mesma vem crescendo nos últimos anos. Em 2019 representava mais de 11 % do PIB, tendo crescido quase 10%/ano nos últimos 5 antes da pandemia.*

*É Reconhecido como um dos sectores estratégicos da economia portuguesa. O turismo desempenha um papel vital para o desenvolvimento do país, tal como comprovam as receitas e empregos gerados.*

*Neste domínio, o turismo balnear é atualmente o principal produto turístico em Portugal. Associado ao desenvolvimento de produtos estratégicos surge a oportunidade de potenciar outros pequenos segmentos específicos, nomeadamente o turismo em torno das praias fluviais.*

*As praias fluviais podem assim ser consideradas, principalmente nas regiões interiores e áreas rurais, um segmento específico do mercado turístico, que alia turismo balnear a outros produtos turísticos.*

*No distrito de Castelo Branco existem 37 praias fluviais. E, quase, todos os concelhos têm no mínimo 2 praias fluviais.*

*O único concelho que não possui nenhuma praia fluvial é Belmonte. Aliás existir até existe, mas é como se não existisse tal é o abandono em que se encontra. Sr Vice-Presidente, apresentarei de seguida 7 perguntas muito simples, e concretas.*

- 1. Vice-Presidente da Câmara Municipal, afinal, é ou não é importante para o executivo a praia fluvial?*
- 2. Será que o executivo municipal não atribui importância económica, social, desportiva, á Praia Fluvial?*
- 3. Será que executivo municipal não reconhece a importância das praias fluviais no turismo do concelho?*
- 4. Para quando a revitalização da praia fluvial de Belmonte, potenciando o verdadeiro turismo, e não as visitas turísticas?*
- 5. Qual o motivo pela qual estamos hoje a discutir um empréstimo para apoio á construção de um novo parque empresarial no concelho, não constando tal no plano estratégico de Belmonte? (a tal área empresarial não consta do plano, mas a Praia Fluvial sim.*
- 6. Qual o motivo que leva nos dias de hoje a câmara a endividar o povo Belmontense ainda mais, num parque empresarial sem que o atual estivesse totalmente ocupado?*
- 7. Já foram decididas as reversões, tendo o Srº presidente dito na assembleia municipal de 24 de fevereiro que tal poderia ser equacionado?*

*Assim, esta bancada apresenta uma proposta de Referendo para saber da vontade da população em avançar ou não para a construção da Área de acolhimento empresarial. Até porque é recorrente a população dar conta de que não percebem o motivo desta nova construção, manifestando estar contra.”*

*A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Informações do Presidente*

*Recebemos as informações do presidente referentes ao trimestre mencionado e verificamos mais uma vez, a escassa atividade realizada pelo município! nenhuma novidade, ainda assim gostaríamos de ver esclarecidas algumas questões:*

#### **Ponto 1 – Educação**

*Tendo em conta a transferências de competências e as obras recentes no centro escolar de Caria, deparamo-nos com a necessidade de transferir o nível de ensino pré-escolar para o espaço antigo espaço existente na vila. Assim questionamos:*

- 1. Quantos alunos frequentam o pré-escolar? e para quantos alunos do pré-escolar foi dimensionado o espaço no centro escolar?*
- 2. Existe ou não a possibilidade de na estrutura existente proceder ao ajuste/aumento da área destinado a este nível de ensino? (2 e 3º ano juntos)*
- 3. Quantas funcionárias vão ficar no centro escolar e quantas iram para a antiga pré-escola?*
- 4. Tendo em conta que as instalações antigas da pré-escola estiveram ocupadas com outras atividades, nomeadamente ocupadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, no desenvolvimento de ações de formação, estão as mesmas em condições de serem novamente e rapidamente ocupadas pelos alunos do pré-escolar? Que intervenções são necessárias e qual o orçamento estimado?*

#### **Ponto 4 – Cultura e Desporto**

*Aguardamos com expectativa a carta municipal do desporto, e verificar se a pratica desportiva vai ser uma realidade para todas as crianças fora do ambiente escolar nas diferentes localidades do concelho.*

#### **Ponto 5 – Ação Social**

*Num ano difícil para todos os portugueses e ainda mais para o interior pelas suas próprias características, é incompreensível que o executivo não tenha tido a sensibilidade de desenvolver esforços para trazer hoje informação sobre novas medidas ou reforço de medidas, permanentes ou temporárias no apoio às famílias.*

## **Ponto 6 – Turismo e Atividades Economicas**

*Neste ponto o Sr Presidente informa esta assembleia que o número de visitantes ainda se encontra longe dos mesmos recebidos em pré-pandemia apontando como um dos motivos, a crise acentuada pelo conflito ente a Rússia e a Ucrânia como motivo para a difícil retoma.*

*Mais uma vez referimos que visitas turísticas ou não é de todo a solução que o Concelho precisa, precisamos de desenvolver estratégias ao nível do turismo cultural, rural e ecológico!!!*

*Ainda assim e gostávamos de ser esclarecidos:*

*A 3 de agosto de 2021 foi celebrado um contrato para a aquisição de serviços de consultoria para a elaboração do plano de recuperação turística do concelho de Belmonte, aquisição essas que foi realizada por ajuste direto por ausência de recurso próprios por 19.998 mais IVA €.*

*Consultando o contrato, verificamos que o mesmo foi representado pelo Sr Presidente da Camara, Antonio Pinto Dias Rocha, que por despacho datado de 7/7/2021, procedeu a abertura do procedimento por ajuste direto, tendo designado o chefe da Equipa Multidisciplinar, como o gestor do contrato, por seu despacho com data de 14 de julho de 2021 e que na sequência do mesmo decidiu adjudicar nas condições descritas:*

*Consultando as condições referidas na alínea b) do contrato, o mesmo teve uma duração de 12 meses e cujo pagamento dos encargos foi efetuado mensalmente no valor de 1666,50 € ao qual acresceu o valor do IVA á taxa correspondente.*

*Volvidos os 14 meses, perguntamos*

*1 – Quando foi apresentado o plano de recuperação turística do concelho de Belmonte?*

*2 – Onde se encontra o referido plano pela consulta? Porque não nos foi apresentado hoje o plano?*

*3 - Quais os principais resultados produzidos, e que medidas urgentes vão ser tomadas?*

## **Ponto 9 – Incêndios no Concelho de Belmonte**

*Infelizmente constatamos que este não é um ponto na ordem de trabalhos de hoje, incredulamente não estamos a analisar as medidas de apoio aos munícipes causados pelos incêndios nem tão pouco a um balanço dos prejuízos causados no concelho.*

*A informação do Sr Presidente neste ponto – Incêndios no parque natural da serra da Estrela e Concelho de Belmonte, resume-se inexplicavelmente apenas ao montante contemplado para o concelho e que não se destina ao apoio direto aos lesados, mas sim a ações de prevenção e recuperação viária.*

*Um problema de prioridades, é preocupante neste executivo!!!*

*Discutimos hoje, mais um empréstimo para um projeto inútil, uma vez que existem estruturas para o mesmo fim, desaproveitadas e longe da sua ocupação limite e não está preocupado com os problemas e dificuldades do dia-a-dia dos nossos municípios ..., mas sim, provavelmente preocupados, com o bem estar de alguém.”*

*Prosseguiu referindo no que diz respeito ao Ponto 8 que às vezes não é o que se diz, mas sim a forma que se diz, sendo que esse ponto se chamava “Reuniões de Câmara” onde diz “assuntos decididos e tratados”, pelo que no segundo ponto refere “freguesia de Caria – Apoio de 50% do valor da aquisição de retroescavadora - apresentação de fatura”.*

*A Senhora Deputada Patrícia Eusébio (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Gostaria de fazer uma pequena referência que é transversal ao ponto da educação e ação social, uma vez que, da informação financeira disponibilizada pode ler-se “que o ano escolar teve início no passado dia 15 de setembro, e que começou dentro da normalidade, não se tendo verificado quaisquer constrangimentos.”*

*Neste regresso às aulas, nunca é demais lembrar ou relembrar, que o Município de Belmonte entre outros apoios sociais, tem disponível para os alunos do ensino universitário um apoio mensal, independentemente de se tratarem de alunos bolseiros ou não bolseiros.*

*É importante pois que se divulgue, que como o concelho de Belmonte não possui oferta curricular de grau superior, torna-se imperativo apoiar todos os estudantes Belmontenses que decidam prosseguir os seus estudos fora da sua localidade.*

*A informação pode ser encontrada no site do município de Belmonte, em [cm-belmonte.pt](http://cm-belmonte.pt) ou solicitada junto do gabinete de ação social deste município.*

*Estes apoios não se esgotam no Apoio ao Estudante, é importante referir que entre o Apoio Social às Famílias, Benefício Primeiro Enxoval, Subsídio à Infância, Nascer no Concelho de Belmonte, entre outros foram contemplados cerca de 180 municípios, pelo que apelo a que todos aqui possam passar a palavra e fazer com que estes apoios cheguem a cada vez mais famílias e que cumpram a função para a qual foram criados.”*

*A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Temos aqui algumas questões:*

**Qual a estratégia do Município para a habitação?**

**Mais uma vez, porquê a falta de investimentos nas estradas municipais?**

**Qual o ponto da situação do PDM (Plano Diretor Municipal), como está a decorrer a revisão, está a ser trabalhada?**

**Quanto ao problema dos Incêndios florestais:**

*No plano de Defesa da Floresta contra Incêndio, no Concelho de Belmonte, para 2022, estava previsto:*

*Na Rede Primária de faixas de gestão de combustível, investir 124.787 €;*

*Na Rede Viária Florestal da CM Belmonte previa-se um investimento de 5.714 €, mais os investimentos da Globalvias e das Infraestruturas de Portugal;*

*Na Rede Viária Florestal, manutenção, previa-se investir 47.528 €;*

*A Rede de Pontos de Água, beneficiação/construção, previa-se investir 9.565 €.*

*Na realidade, qual foi o investimento da Câmara, e de outras entidades públicas e privadas, na prevenção dos Incêndios florestais no ano de 2021.*

*Quantas Ações de informação e sensibilização se realizaram no concelho, no âmbito da prevenção dos incêndios rurais, e qual o número de pessoas abrangidas? Recordamos que no documento referido estavam previstas 9 ações.”*

*O Senhor Deputado Carlos Pinheiro (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Como todos sabemos, no dia 15 de agosto, o que aconteceu em Colmeal da Torre, que ardeu quase tudo.*

*Lamento, algumas palavras que foram ditas pelo executivo da Câmara sobre o fogo, que foram desagradáveis e fora de contexto.*

*Dizer também, que este fogo teve falta de apoio e isso foi público, a Radio Caria, publicou isso, que o Colmeal da Torre, se debatia com falta de apoio para o fogo gigante que lá se encontrava.*

*Agora, quero agradecer e prestar a minha homenagem aos nossos bombeiros de Belmonte, e dizer-lhes ainda que se o fogo do Colmeal estivesse entregue a eles certamente metade não tinha ardido, ou pelo menos não tinha ardido tanto.*

*Depois, quero deixar aqui a culpa aos superiores, nomeadamente à Proteção Civil, porque se notou uma desorganização total, quando alguns meios foram chegando, não sabiam para onde haviam de ir, eu próprio, tentei encaminhar um carro dos bombeiros, para uma casa que estava a arder e não quiseram lá ir. Mais tarde, chegou o Comandante dos Bombeiros de Belmonte, que teve a amabilidade de ir lá e esses sim, são os nossos bombeiros e eram eles, os Bombeiros de Belmonte, que deviam comandar*



*o fogo do Colmeal e não os de fora, por isso, deixo uma palavra crítica à Proteção Civil, no fogo de Colmeal da Torre.*

*Depois, deixar também uma palavra crítica mas muito crítica, ao executivo municipal. Desse fogo tivemos duas pessoas queimadas pelo fogo e uma delas ainda hoje faz curativos pelas graves queimaduras que sofreu, e já estamos a falar desde o dia 15 de agosto e a Câmara Municipal, zero! Onde está a Câmara no apoio as pessoas, onde estava o apoio médico e psicológico, para as pessoas quando esse fogo aconteceu? Onde estava, Zero.*

*Onde estava o gabinete social, da Câmara, após o fogo, para acompanhar essas pessoas que foram queimadas? Se precisavam de dinheiro, se precisavam de pomadas, se precisavam de apoio psicológico, onde estava o gabinete Social da Câmara?*

*Onde estava o responsável da Proteção Civil, da Câmara, sobre este assunto das pessoas queimadas, Onde estava?*

*Agora outro assunto, não gosto do espaço em volta da Estátua Pedro Álvares Cabral, sei que a Junta de Freguesia, teve a amabilidade de colocar lá flores na comemoração do dia 25 de abril, porque a Câmara nem se dedica a isso. Se a Câmara, não quer saber, ou não tem tempo, que faça um protocolo com a Junta de Freguesia, e que lhes deia esse espaço, assim como os vasos e floreiras, eu sei que a Câmara não tem dinheiro, mas os serviços assim também não estão bem.*

*Agora sobre “Move Beiras” todos sabemos o que é a Move Beiras, toda a gente teve acesso à informação, que com o intuito de valorizar o nosso território, servidos pelas linhas ferroviárias da beira baixa, fez-se uma viagem desde a Guarda ao Entroncamento, com paragens na Benespera e Tortosendo. Belmonte, ficou de fora, a minha pergunta é o porquê Belmonte ter ficado de fora, se foi opção da Câmara ou se não foram convidados.*

*Regresso as aulas, eu ouvi na Rádio Caria, que o Jardim-de-Infância do Colmeal, ia para a antiga escola, ao consultar a Informação do Sr. Presidente, nada consta sobre esta matéria. Eu acho que não fica bem uma vez que foi tornado público que iam para a outra escola e agora ficaram no mesmo sítio, que na minha opinião já lá estão a tempo a mais. Não temos nenhuma informação sobre isto e não fica bem ter que ser eu perguntar o porquê, eu sei o porquê, eu quero é ouvir da sua boca.*

*Por último, a desagregação da freguesia do Colmeal, chegou-me aos ouvidos que a Câmara Municipal, não está a apoiar quem está a tratar deste assunto. Que os apoios da Câmara são zero, enquanto devíamos ser uma união, todos a trabalhar juntos, como nós na Assembleia freguesia, tratamos este assunto em conjunto, para se arranjar a melhor forma, mas não, segundo o que me chegou a Câmara, está de fora, parece que só está preocupada em que chegue cá a proposta assinamos e o resto trataram eles, acho que não é correto e deixo uma recomendação para que a Câmara se empenhe, que a Câmara se dedique e se junte a todos à Assembleia de Freguesia, à Junta de Freguesia e à população.*

*Se a proposta for aprovada ou não, a culpa já não é nossa, agora a Câmara Municipal, ficar de fora no apoio a este processo, é que não me parece correto.”*

*Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para responder a todas as questões que aqui foram apresentadas.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra dando nota que iria responder às questões colocadas pelos Senhores(as) Deputados(as) da Assembleia Municipal.*

*Esclareceu a Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), que relativamente ao dimensionamento do Pré-Escolar de Caria já no ano transato lhe tinham transmitido que as instalações eram pequenas, tendo ele mesmo ido visitar as instalações. Inicialmente o Município tinha previsto fazer o alargamento da varanda e a respetiva cobertura. Mas, como as inscrições felizmente tinham vindo a aumentar, e que neste momento já se encontravam inscritas vinte e uma crianças seria impossível colocar tantas crianças naquele espaço.*

*Prosseguiu dando nota que o Município manteve na mesma o processo para se fazer a cobertura da varanda, de forma a aumentar a sala e assim solucionar um outro problema que também lá existia, e que diz respeito às crianças que se encontram inscritas nas atividades extracurriculares, uma vez que estas nem sequer tinham um espaço dentro do Centro Escolar de Caria.*

*Asseverou ainda que existem as instalações do Bairro de Santa Ana e que essas mesmas instalações são boas, e que na sua opinião as crianças mais pequenas nunca deveriam ter mudado para o Centro Escolar.*

*Referiu também que já tinha tido a oportunidade de visitar o espaço, e que já se encontravam a decorrer algumas obras que necessitavam de ser feitas, nomeadamente pinturas, limpeza do terreno exterior, etc. E que as instalações usufruíam de boas condições para funcionar.*

*Deu conhecimento que iriam ser colocados dois equipamentos novos de ar condicionado.*

*Relativamente ao pessoal, mencionou que iriam ficar afetadas ao Centro Escolar três funcionárias e que na Escola do Bairro de Santa Ana iriam ficar duas funcionárias.*

*Ao Senhor Deputado Carlos Pinheiro (PPD/PSD), informou que a escola do Colmeal da Torre tinha sido uma opção inicial, porque tinham informado o Executivo que a escola usufruía de condições para acolher as crianças. Sendo que numa reunião de Câmara o Senhor Vereador Carlos Afonso, também tinha manifestado o interesse de que as crianças deveriam passar para a escola. Todavia, e após uma visita do Senhor*

*Vereador Carlos Afonso às instalações, o mesmo veio referenciar que afinal não existiam condições na escola para acolher as crianças.*

*Perante tal situação, surgiu novamente a necessidade de se resolver a situação das instalações da pré-escola, Reuniu-se com o empreiteiro, tendo o mesmo garantido que iria fazer o essencial, tapar a parte das casas de banho para que não entrasse água. Posteriormente o Município iria fazer uma intervenção nas instalações, a fim de serem arranjadas condições para o acolhimento das crianças. Asseverando que também se iria proceder da mesma forma como se estava a proceder na Escola do Bairro de Santa Ana em Caria, contando ainda com alguma ajuda da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que seja passada a palavra ao Senhor José Figueiredo (Chefe da EMDO), para efetuar um melhor esclarecimento sobre o Plano de Recuperação Turística.*

*O Senhor José Figueiredo (Chefe da EMDO), tomou a palavra e referiu que o Plano de Recuperação Turística se encontrava finalizado. Prosseguiu, mencionando que como era do conhecimento geral e nos termos da Lei competia ao Gestor do procedimento fazer um relatório a apresentar à entidade que tinha tomado a decisão de contratar, dando nota se tinha existido algum desvio na execução em termos financeiros. E que o relatório estava a ser realizado e se encontrava praticamente concluído. Esperando-se assim, que o Plano fosse apresentado publicamente depois do mesmo se encontrar concluído.*

*Frisou que o Plano de Recuperação Turística, tinha que ainda ser aprovado na reunião de Câmara e na Sessão da Assembleia Municipal, uma vez que são estes os órgãos competentes para aprovar o respetivo Plano. Esperava ainda que o Plano fosse apresentado durante o mês de novembro.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, retomou novamente a palavra e informou a Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), que a Estratégia Local de Habitação está a ser trabalhada e que será apresentada até ao final do ano.*

*Relativamente aos gastos na prevenção, referiu que foram gastos 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros) na limpeza de caminhos.*

*Seguidamente, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que seja passada a palavra ao Senhor Engenheiro Carlos Simões (Chefe da DTMPOU), para efetuar um melhor esclarecimento sobre o Plano Diretor Municipal (PDM).*

*O Senhor Engenheiro Carlos Simões (Chefe da DTMPOU), tomou a palavra e informou a Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), que tinha ocorrido uma reunião de concertação com cerca de vinte entidades com decisão vinculativa no processo, e que essas mesmas entidades já tinham emitido os respetivos pareceres. E que o Município se encontrava a ajustar o Plano Diretor Municipal (PDM), a cada um dos pareceres persi e só no final é que o Município voltava a reunir com as entidades.*

*Deu ainda conhecimento que os prazos estão a ser cumpridos, apesar de ter existido a prorrogação de prazo.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou novamente a palavra e informou o Senhor Deputado Carlos Pinheiro (PPD/PSD), que não se iria pronunciar relativamente à falta de apoio nos incêndios e à forma como tinha sido feita a gestão dos mesmos, uma vez que esse assunto era da competência da Proteção Civil.*

*Relembrou que nos dias que ocorreram os incêndios tinha estado sempre presente. Asseverando que tinham existido situações que não tinham corrido bem, mas que essas situações nada tiveram a ver localmente, pois todos sabiam o que é que tinha acontecido em todo o país.*

*Relativamente às palavras muito críticas ao Executivo Municipal referente à Senhora que teve ferimentos graves (queimaduras), referiu que o Gabinete de Ação Social tinha contactado a Senhora em causa, sendo que a Senhora tinha referenciado que não se tinha lembrado de contactar o Município de Belmonte a pedir ajuda.*

*Referiu ainda, que o Município se encontra recetivo para receber qualquer pessoa que peça ou tenha necessidade de algo.*

*Prosseguiu aludindo que todo o processo dos danos causados pelos incêndios em termos materiais, tinham existido proprietários que se dirigiram ao Município a fim de tratarem desses danos, uma vez que existia um apoio específicos. Os mesmos estiveram reunidos com a Eng<sup>a</sup> Telma e com o Senhor Hugo.*

*Mencionou também que todas as pessoas iriam ser apoiadas dentro do possível.*

*No que diz respeito à Move Beiras, informou que não teve conhecimento que o Município tenha rececionado alguma proposta.*

*O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Na informação do Sr presidente da Câmara sobre a atividade e situação financeira do município, é dada nota que se encontra adjudicada a obra do parque empresarial, esperando que as obras iniciem ainda durante o último semestre em curso, e finalizadas durante o ano de 2023.*

*Aqui Sr Presidente estamos perante um acto de fé.*

*O município adjudica uma obra, sem ter ainda a certeza do financiamento?*

*Como pensa resolver o problema caso o empréstimo aqui em votação não venha a ser aprovado?”*

*Prosseguiu referindo que na penúltima Sessão de Assembleia Municipal tinha sido solicitada informação dos proprietários dos terrenos onde se irá implementar esta área empresarial e que julga que tenha sido confirmado pelo Senhor Vice-Presidente que essa informação iria ser disponibilizada, sendo que até ao momento ainda não tinham rececionado nenhuma informação. Pelo que reforçava novamente essa intenção. Relembrando também que tinham apresentado uma proposta de referendo, para saber da vontade da população de avançar ou não com a construção.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e referiu que se tinham dito que iria ser enviado é porque iria ser enviado.*

*No que respeita às decisões do Executivo mencionou que as mesmas são aprovadas em Executivo, logo não têm que ir a referendo.*

#### **4.3. - Designação da Sociedade de Revisor Oficial de Contas - Mandato em Curso**

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.*

-----**CERTIDÃO**-----

**ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE:** -----

*----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião ordinária, realizada em 01 de Setembro de 2022, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----*

#### **“A.3.3) DESIGNAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS – MANDATO EM CURSO**

*A Sociedade de Revisor Oficial de Contas, Cruz Martins & Associada – Revisor Oficial de Contas, Lda, veio por carta de 24 de julho de 2022, solicitar a resolução do contrato que detinha com este Município, referente à revisão legal de contas, a qual foi autorizada por despacho, datado de 19 de agosto de 2022.*

*Assim, e de modo a proceder à substituição do Revisor Oficial de Contas, procedeu-se, nesta data, ao início de procedimento de contratação pública, através de ajuste direto, do Revisor Oficial de Contas, Dr. Pedro Miguel Januário da Costa.*

*Deste modo, propõe-se que seja submetida à Assembleia Municipal nos termos do n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 (atualizada com a Lei n.º 66/2020 de 4/11), a designação do Senhor Dr. Pedro Miguel Januário da Costa, como Revisor Oficial de Contas, do Município de Belmonte.*

### **DELIBERAÇÃO**

***A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal nos termos do n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 (atualizada com a Lei n.º 66/2020 de 4/11), a designação do Senhor Dr. Pedro Miguel Januário da Costa, como Revisor Oficial de Contas, do Município de Belmonte.”***

*----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 21 de Setembro de 2022.-----*

*O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal*

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores*

*Exmos. Senhores Deputados Municipais*

*Exmos. Senhores autarcas*

*Exmos. Senhores Munícipes*

*Exmª. Comunicação Social*

*Foi presente a esta Assembleia Municipal a certidão da qual consta que a Câmara Municipal recebeu com data de 24 de junho de 2022 o pedido de resolução do contrato que detinha com os Exmos. Revisores Oficiais de Contas «Cruz Martins e Associada – Revisor Oficial de contas, Lda.».*

*Surpreende-nos tal atitude por parte dos Exmos. Revisores, porquanto:*

*- Vem esta Sociedade de Revisores auditando as contas do município há vários anos.*

*- Consideramos de elevada competência e rigor a referida sociedade de revisores.*

*- A prestação deste serviço de Revisão e Auditoria é geralmente prestado por um período de um ano económico, pelo que nos surpreende esta atitude a meio do ano.*

*Verificamos que o Revisor Oficial de contas que audita as contas do município tem vindo nos últimos anos a colocar várias reservas e ênfases nas contas do município, sem que tais situações se mostrem corrigidas.*

*O Revisor Oficial de contas, no processo de auditoria e certificação legal de contas é obrigado a respeitar a lei, com independência e confidencialidade, emitir certificação legal de contas e nela mencionar através de ênfases e reservas eventuais erros e fraudes detetados; O revisor no exercício das suas funções é responsável, perante a entidade a quem presta serviços e perante terceiros, nomeadamente clientes e fornecedores, pela opinião que emite.*

*Nestes termos, colocamos também nós aqui algumas reservas sobre o pedido de denúncia do contrato por parte do Exmo. Revisor. Não terão as contas do Município, os erros e a falta de rigor criado desconforto no trabalho desenvolvido pelos Revisores, que na certificação legal de contas sempre demonstraram um excelente trabalho, rigor, competência e informação adequada, chamando especial atenção para as divergências encontradas?*

*De qualquer forma, necessita este município de continuar a ter as suas contas auditadas e conseqüentemente certificadas, pelo que contamos com a devida competência, isenção, minúcia e rigor da nova equipa de revisores, agora contratada.”*

*A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e questionou o porquê da rescisão de contrato por parte da Sociedade de Revisor Oficial de Contas, Cruz Martins & Associada – Revisor Oficial de Contas, Lda.*

*O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e mencionou que não iria entrar no campo das suposições e que em dados objetivos o Partido Socialista não tinha nada a opor relativamente à substituição do ROC, uma vez que considerou ser um ato de gestão normal. Todavia, competia ao Executivo Municipal arranjar um outro ROC, conforme o sugerido aquando da resolução do contrato com a Sociedade de Revisor Oficial de Contas, Cruz Martins & Associada – Revisor Oficial de Contas, Lda.*

*Referiu ainda que tudo foi feito nos termos da Lei, ou seja o ROC foi substituído, logo achava que estava tudo em conformidade. Pelo que não tinha nada a opor em relação a esta substituição.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e referiu que não existiu por parte do Executivo Municipal nenhuma pressão para que a Sociedade de Revisor Oficial de Contas, Cruz Martins & Associada – Revisor Oficial de Contas, Lda., tenha solicitado a rescisão de contrato. Aludindo que o Executivo não lidava diretamente com eles, mas sim a Senhora Maria Amaro (Chefe da DTMFT).*

*Deu ainda nota que a Sociedade de Revisor Oficial de Contas, Cruz Martins & Associada – Revisor Oficial de Contas, Lda., tinha deslocalizado a empresa e daí a mesma ter achado por bem fazer a renúncia ao contrato.*

*Por fim, informou que o atual Revisor Oficial de Contas do Município já tinha trabalhado anteriormente na Sociedade de Revisor Oficial de Contas, Cruz Martins & Associada – Revisor Oficial de Contas, Lda.*

*Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do ponto 4.3 “Designação da Sociedade de Revisor Oficial de Contas - Mandato em Curso” através de braço no ar.*

*----- Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 votos a favor da Bancada do PS, da Bancada do PPD/PSD e da Bancada da CDU, pelo que a “Designação da Sociedade de Revisor Oficial de Contas - Mandato em Curso” foi aprovado por **unanimidade** dos presentes na votação. -----*

**4.4. - Apreciação e votação da Moção “O IC6 e IC7 - ligação a Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, Celorico da Beira, Covilhã (A23) - uma obra necessária para a ligação do Interior ao Litoral”.**

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que este assunto já era do conhecimento dos Senhores Líderes de Bancada e que também já tinha sido tratado em reunião da Comissão Permanente, tendo nesta última sido acordado que a Assembleia Municipal, iria no fundo concordar com a orientação da Assembleia Municipal da Covilhã.*

*O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e informou que a bancada do PSD votaria favoravelmente como era evidente, pois era uma obra importante para a região. Contudo lamentava e que também já tinha sido transmitido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que o mesmo tivesse convocado uma reunião de Comissão Permanente, que por sinal também tinha sido a única convocatória para essa Comissão Permanente para ser discutido um assunto tão importante como esse. Tendo sugerido que numa próxima oportunidade onde sejam abordados temas como obras e investimentos desta natureza que seja convocada ou uma Sessão Ordinária de Assembleia Municipal, ou então uma Sessão Extraordinária de Assembleia Municipal se assim fosse o caso.*

*Referiu que gostaria muito, mas que devido ao avançar da hora já não era oportuno de se fazer um debate sobre o que era esta infraestrutura.*

*Para terminar, aludiu que esperava o melhor empenho do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para que a Moção aprovada por unanimidade na presente Sessão sobre o Aeroporto de Santarém chegasse a todas as Assembleias Municipais pertencentes à Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE), pedindo-lhes solidariedade nessa aprovação.*



*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e informou que iria ter esse cuidado.*

*O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e aludiu que a Bancada do PS iria votar favoravelmente, uma vez que essa decisão já tinha sido tomada na reunião da Comissão Permanente.*

*A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e referiu que a Bancada da CDU também iria votar favoravelmente.*

*Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do ponto 4.4 “Apreciação e votação da Moção “O IC6 e IC7 - ligação a Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, Celorico da Beira, Covilhã (A23) - uma obra necessária para a ligação do Interior ao Litoral”, através de braço no ar.*

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor da Bancada do PS, da Bancada do PPD/PSD e da Bancada da CDU, pelo que a “Apreciação e votação da Moção “O IC6 e IC7 - ligação a Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, Celorico da Beira, Covilhã (A23) - uma obra necessária para a ligação do Interior ao Litoral ” foi aprovada por **unanimidade** dos presentes na votação. -----*

*O Senhor Deputado David Canelo (PS), tomou a palavra e aludiu que uma vez que iram existir as transmissões on-line das Sessões das Assembleias Municipais, surgiria que os Deputados não entrassem em diálogo entre si, pois só iria gerar confusões.*

*Antes de terminar a reunião o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos deliberados por votação, os quais foram aprovados por unanimidade.*

## **5 - 2º Período de Intervenção dos Senhores Municípes;**

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que vai passar ao 2º Período de Intervenção dos Senhores Municípes pelo que passou a palavra aos Municípes interessados.*

*Verificou-se duas inscrições*

*A Múncipe Célia tomou a palavra e referiu que não tinha que ser a pessoa lesada a contatar a Câmara Municipal. Que a própria, também tinha sido queimada no incêndio e que nunca tinha ido a ter com a União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, pelo contrário tinha sido o Senhor Presidente da União de Freguesias, que por diversas vezes tinha ido ter com a própria, perguntando-lhe como é que estava.*

*Mencionou também que felizmente tinha conseguido curar-se numa semana. Mas que a outra Senhora que também se tinha queimado, já ia para um mês e meio e que ainda não tinha recebido nada do Município.*

*Aludiu que a maior revolta foi ver o Senhor Presidente da Câmara Municipal, ir para a televisão dizer que no seu Concelho tinha sido o pânico geral da população e um barracão ardido. Frisando se isso era dignidade ou era o quê, se era fazer pouco de quem tinha perdido tudo.*

*Deu ainda conhecimento que tinha perdido uma casa que se encontrava numa quinta, e que passadas três horas do incêndio ainda não tinha visualizado nenhum bombeiro no local.*

*Asseverou se a Câmara Municipal tem um Gabinete da Proteção Civil, pelo que poderia dar formação a esses Senhores.*

*Mencionou que estava a demonstrar a sua revolta por tudo aquilo que se tinha passado.*

*Proseguiu lamentando o facto do Senhor Presidente da Câmara Municipal, não estar presente na Sessão da Assembleia Municipal, pois caso estivesse convidaria-o a ver a desgraça e a miséria que tinha acontecido na quinta.*

*Para terminar, solicitou que o Município ajudasse o casal que tinha perdido a sua casa e todo o mobiliário nela existente no incêndio. Que presentemente necessitava de arrendar uma casa e nem sequer tinha uma cama para deitar o seu filho.*

*O Múncipe Olivier Borrego Soares, tomou a palavra e questionou o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que aquando da sua primeira intervenção relativamente ao início das obras de pavimentação das estradas de Malpique, o tinha informado que existia verba para essa pavimentação. Contudo, em resposta à Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tinha referenciado que o Município estava à espera de verba para avançar com a pavimentação das estradas.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e informou o Múncipe Olivier Borrego Soares, que a resposta dada à Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), era relativamente às restantes estradas, sendo que a pavimentação das estradas de Malpique já tinha sido adjudicada, apenas aguardavam que o empreiteiro iniciasse as obras.*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu nota aos Senhores Membros da Assembleia Municipal que caso pretendessem o envio das Convocatórias para as Assembleias Municipais via e-mail, deveriam enviar um email a solicitar essa forma de contacto, escusando-se assim de enviar as Convocatórias por carta registada com aviso de receção.*

*Nada mais havendo a tratar nesta Sessão e sendo 13:35 horas, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata que*

*eu, Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa redigi e vou assinar conjuntamente com o Presidente, depois de lida e aprovada integralmente, na Sessão seguinte.*

*O Presidente*

*O 1º Secretário*